

Kariane Regina Laurindo
Daniella Camara Pizarro
Cláudia Mortari

VIDAL MARTINS

a história de um quilombo em Florianópolis



VIDAL MARTINS

a história de um quilombo em Florianópolis

Kariane Regina Laurindo

Daniella Camara Pizarro

Cláudia Mortari

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

Dilmar Baretta
Reitor

Luiz Antonio Ferreira Coelho
Vice-Reitor

Mariana Fidelis Vieira da Rosa
Pró-Reitora de Administração

Alex Onacli Moreira Fabrin
Pró-Reitor de Planejamento

Gabriela Botelho Mager
Pró-Reitora de Ensino

Alfredo Balduino Santos
Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade

Letícia Sequinatto
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

CONSELHO EDITORIAL – UDESC

Luiza da Silva Kleinubing
(Presidente)

Marcelo Gomes Cardoso
(Secretário)

CAV

Veraldo Liesenberg **(Titular)**

Roseli Lopes da Costa Bortoluzzi
(Suplente)

CCT

Gilmario Barbosa Dos Santos

(Titular)

Regina Helena Munhoz **(Suplente)**

CEAD

Carmen Maria Cipriani Pandini

(Titular)

Tania Regina da Rocha Unglaub
(Suplente)

CEART

Giselle Schmidt Alves Diaz Merino

(Titular)

Milton de Andrade Leal Junior
(Suplente)

CEAVI

Rogério Simões **(Titular)**

Iraci Leitzke **(Suplente)**

CEFID

Caroline Ruschel **(Titular)**

Carla Garcia Hostalacio Barros
(Suplente)

CEO

Denise Antunes de Azambuja

Zocche **(Titular)**

Rosana Amora Ascari **(Suplente)**

CEPLAN

Delcio Pereira **(Titular)**

Fernanda Hansch Beuren **(Suplente)**

CERES

Danielle Rocha Benicio **(Titular)**

Carolina Stolf Silveira **(Suplente)**

CESFI

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke

(Titular)

Alexandre Magno de Paula Dias
(Suplente)

ESAG

Leonardo Secchi **(Titular)**

Fabiano Maury Raupp **(Suplente)**

FAED

Fernando Coelho **(Titular)**

Luciana Rossato **(Suplente)**

VIDAL MARTINS

a história de um quilombo em Florianópolis

Kariane Regina Laurindo

Daniella Camara Pizarro

Cláudia Mortari

Florianópolis

2023



editora
UDESC

Projeto gráfico

Vinicius Trilha

Revisão

Janete Maria Gheller

Capa

Isadora Matiello Noal

EDITORA UDESC

Fone: (48) 3664-8100

E-mail: editora@udesc.br

<http://www.udesc.br/editorauniversitaria>

L385v Laurindo, Kariane Regina

Vidal Martins: a história de um quilombo em Florianópolis / Kariane Regina Laurindo, Daniella Camara Pizarro, Cláudia Mortari. - Florianópolis: Editora Udesc, 2023.

211 p. : il.

ISBN: 978-65-88565-82-7

ISBN-e: 978-65-88565-83-4

1. Quilombos – Florianópolis (SC). 2. Quilombos – História. 3. Escravidão. 4. Negros – Santa Catarina. I. Pizarro, Daniella Camara. II. Mortari, Cláudia. III. Título.

CDD: 326.0981 - 23. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Letícia Lazzari CRB 14/1371

Biblioteca da UDESC

*Aos que nos antecederam,
aqueles que nos permitiram
a nossa existência através
da sua resiliência. A vocês
meus ancestrais dedicamos
esta obra, pois, ela se faz
graças a permanência das
suas memórias que hoje se
fazem em histórias.*

AGRADECIMENTO

Aos remanescentes de Vidal Martins, em especial a Shirlen Vidal de Oliveira que, gentilmente acolheu a proposta da pesquisa e cedeu seu tempo e paciência para compor a pesquisa que originou esta obra.

Agradecemos também a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) que, por meio do Programa de Bolsa de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP) subsidiou a acadêmica de forma financeira possibilitando a realização da pesquisa quanto as demandas de custos monetários. Igualmente, agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), por promover um ensino de qualidade aos profissionais da informação nos motivando para a realização de excelentes trabalhos.

Por fim, agradecemos aos nossos familiares e amigos, que sempre como alicerce emocional nos estimularam, encorajaram e incentivaram para a realização da pesquisa que hoje torna-se obra a ser encontrada por muitos outros leitores.

É de vocês também este trabalho!.

*As histórias importam.
Muitas histórias importam.
As histórias foram usadas
para espoliar e caluniar,
mas também podem ser
usadas para empoderar
e humanizar. Elas podem
despedaçar a dignidade
de um povo, mas também
podem reparar essa dignidade
despedaçada. Chimamanda
Ngozi Adichie (2019, p. 32)*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Lider Maurílio contando histórias sobre o quilombo.....	72
Figura 2 – Casa no Quilombo do Valongo	74
Figura 3 – Vista das casas no Quilombo de Santa Cruz/Toca.....	76
Figura 4 – Árvore genealógica da Família Vidal Martins.....	87
Figura 5 – Linha do tempo com fatos da história.....	88
Figura 6 – Localização Vidal Martins dentro do camping do Rio Vermelho.....	91
Figura 7 – Mapa do território reivindicado.....	94
Figura 8 – Carta do Delegado de Polícia ao Presidente da Província mencionando os mapas entre os anos de 1842/1869.....	102
Figura 9 – Mapa do Distrito do Rio Vermelho	103
Figura 10 – Página em que consta a certidão de batismo de Vidal Martins.....	106
Figura 11 – Transcrição da certidão de Batismo de Vidal Martins.	107
Figura 12 – Página que consta a certidão de casamento de Joana e	

Manoel.....	108
Figura 13 - Transcrição da certidão de casamento de Joana e Manoel.....	109
Figura 14 - Capa e página do jornal O relator Catharinense com nota de doações feitas pelo Padre Antônio	112
Figura 15 - Página da certidão de batismo de Boaventura Vidal Martins.....	117
Figura 16 - Página da certidão de batismo de Rosa Maria	118
Figura 17 - Página da certidão de batismo de Manuel Vidal Martins.....	119
Figura 18 - Página da certidão de batismo de Sabina Correia.....	120
Figura 19 - Página da certidão de óbito de Manoel Martins Gallego	122
Figura 20 - Dona Jucélia e seu Odílio.....	126
Figura 21 - Nota do Jornal O Estado falando da Empreitada Florestal de Berenhauser.....	129
Figura 22 - Helena, Dona Jucélia e Shirlen.....	135
Figura 23 - Portaria de certificação de comunidades que se autodefinem como remanescentes de quilombo	141
Figura 24 - Página do DOU em que consta o numa da comunidade Vidal Martins.....	143
Figura 25 - Certificado de Autodefinição.....	145
Figura 26 - Matéria do Diário Catarinense na semana da Consciência Negra.....	154
Figura 27 - Matéria do ND+ Notícias sobre o prazo para a demarcação de terras.....	155
Figura 28 - Matéria do Jornalistas Livres sobre a violência sofridas	

pelos remanescentes.....	155
Figura 29 - Matéria no NSC Total referente a incêndio no Parque	156
Figura 30 - Matéria no ND+ sobre a história do Quilombo	156
Figura 31 - Izidro Boaventura Vidal 1914-1989	162
Quadro 1 - Comunidades certificadas em Santa Catarina.....	68
Quadro 2 - Personagens da história do Quilombo	84

SUMÁRIO

PREFÁCIO	21
1 APRESENTAÇÃO	25
2 QUILOMBO VIDAL MARTINS MEMÓRIAS QUE SALVAGUARDAM A HISTÓRIA	35
3 QUILOMBOS	49
3.1 <i>Quilombos urbanos</i>	57
3.2 <i>Quilombos de Santa Catarina</i>	63
4 QUILOMBO VIDAL MARTINS MEMÓRIAS QUE CONSTROEM HISTÓRIAS.....	79
4.3 <i>Conhecendo e reconhecendo</i>	83
4.4 <i>As lutas da comunidade</i>	90

5	QUILOMBO VIDAL MARTINS NARRATIVAS QUE RECUPERAM MEMÓRIAS E CONSTROEM HISTÓRIAS	97
6	A LUTA CONTINUA	151
7	E A HISTÓRIA NÃO TERMINA AQUI... ..	165
8	REFERÊNCIAS.....	173

PREFÁCIO

Shirlen Vidal de Oliveira

Cada comunidade quilombola apresenta uma história e formas de organização social e política diferentes entre si, são modos de viver e de fazer específicos de acordo com o contexto de cada uma. Este dossiê traz a oportunidade de contato com a história do Quilombo Vidal Martins, torna público de forma sistemática a nossa árvore genealógica, a expropriação que fomos submetidos na década de 1960, os trâmites judiciais, as longas esperas e negligências que envolvem a batalha por nossas terras. Como também, registra as mobilizações, o

orgulho de ser remanescente quilombola, as histórias de mulheres negras que criaram os filhos muitas vezes sozinhas e as mais variadas estratégias de sobrevivência. Ele é importante pois comprova como a nossa história vem sobrevivendo a toda sorte de opressão, por meio da tradição oral, contada de geração em geração e permanecendo viva entre nós. Foi essa memória ancestral que sobreviveu nas histórias contadas pelos nossos mais velhos que possibilitou a extensa pesquisa realizada por nós Shirlen e Helena. Foram anos de trabalho buscando em cartórios e arquivos, documentos que datam desde o século XIX, que pudessem comprovar o que ouvíamos dos nossos mais velhos. Cada documento encontrado era uma vitória e emoção poder reconstituir minimamente as histórias e saber um pouco mais sobre nossos ancestrais. Foram anos enfrentando todo tipo de racismo que negros sofrem quando desafiam os poderes, ousando se aprofundar na história oficial para então contestar territórios que historicamente nunca foram contestados. O dossiê documenta a nossa resistência que atravessa os séculos e com sorte tomara que ele possa inspirar outras comunidades a não desistirem de suas batalhas por reconhecimento e assim possam ter suas terras garantidas. Este dossiê foi realizado no seio da comunidade, Kariane ouviu nossos relatos, documentos, nossa memória. Quando o trabalho estava para ser concluído ela nos consultou buscando correção de qualquer erro, antes de

sua defesa. Portanto, é um trabalho realizado conosco e não sobre nós de forma distanciada, por isso sua publicação é uma forma de legitimar a nossa história nos modos aceitáveis pela cultura dominante, porque para nós ela sempre foi legítima.

Florianópolis, 23 de setembro de 2022.

1 APRESENTAÇÃO

Se quer saber o final, preste atenção no começo. [Provérbio africano].

Quem somos, se não um amontoado de memórias que compõem o que chamamos de a história da minha vida? Quem somos, se não um coletivo que em uma aquarela abstrata forma o todo? Afinal quem somos, se não uma corrida insana de combate ao esquecimento? Esquecimento de quem já fomos, dos que antes de nós resistiram e de uma fagulha do que verdadeiramente somos.

Uma das formas de combater ao esquecimento e a perpetuação da ignorância que reproduz violências tais como o racismo e o ódio ao outro é, através da visibilização e disseminação de outras faces da história. E pensando nesse combate esta obra apresenta às/aos leitoras/es uma história de Florianópolis, Santa Catarina, pouco conhecida para os seus cidadãos.

Esta obra é oriunda da dissertação de mestrado profissional, realizado na Universidade do Estado de Santa

Catarina no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo/DBI/UDESC) pela Ms. Kariane Regina Laurindo, a qual teve orientação da Profa. Dra. Daniella Pizarro e co-orientada pela Profa. Dra. Cláudia Mortari. O presente livro compilou os dados da pesquisa realizada na comunidade remanescente quilombola Vidal Martins, localizada na região Leste da Ilha de Santa Catarina, no bairro de São João do Rio Vermelho, a primeira comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente quilombola.

O reconhecimento da comunidade Vidal Martins pela fundação Palmares, deve-se à atenção dos remanescentes mais novos às falas dos seus anciãos. A observação atenta da atual geração, instigou questionamentos relativos às memórias relatadas pelos contadores de história da comunidade. Assim, foram registradas como arquivos, os quais contêm as suas histórias e as suas memórias ditadas por seus ancestrais. Podemos pensar na sabedoria e importância destas pessoas pois são verdadeiras bibliotecas vivas, capazes de recuperar informações e fatos que não apenas representam a história dessa comunidade, como também a história de Florianópolis. Destaca-se, história esta, que não está contada nos livros escolares do município visto que a visão colonial invisibiliza a história da comunidade negra que por sua vez, também é história de Florianópolis.

Como fonte de informação, as memórias que

compunham as histórias da comunidade estão alicerçadas por um construto tão sólido que foi responsável por garantir a preservação de fatos advindos do século XVIII. Araujo e Fachin (2015, p.83) explanam que, “Fonte de informação pode ser qualquer coisa, que tem a característica de informar algo para alguém [...]”. De acordo com as autoras,

As fontes de informações são registros utilizados ao longo da vida do ser humano, possibilitando ampliar a visão do mundo em que vive e sobre as coisas que estão a sua volta. No campo científico são aquelas que nos permitem criar, recriar e ter acesso ao conhecimento sobre um assunto ou área de nosso interesse ou pesquisas. De modo que, as fontes de informações são referências sobre o que está registrado e disponível ao ser humano, possibilitando reinventar ou compreender melhor seu objeto de estudo. (ARAUJO; FACHIN, 2015, p. 84).

As fontes de informação são constituídas por diversos tipos de meios e formas, tais quais: documentos jurídicos, registros em imagens, e relatos de entrevistas, além das mais conhecidas como os livros, artigos e catálogos.

Paiva (2014) classifica como um exemplo de meios e formas as narrativas indígenas como fonte de

informação de categoria primária. Em seu trabalho intitulado “Conceituando fontes de informação indígena”, a autora apresenta um estudo que identifica nas narrativas indígenas fontes de informação que foram construídas ao longo do tempo, “Entendemos que [...] podem ser incluídas as narrativas indígenas que, através de diversas vozes, revelam conteúdos muito ricos em dados sobre a cultura indígena [...]” (PAIVA, 2014, p. 67).

Ainda sobre os mais diversos tipos de formas em que se identificam fontes de informação, Freitas (2001), quem realizou um estudo sobre o negro no período colonial em Santa Catarina em documentos do arquivo público do Estado, relata que: Todos os documentos foram organizados em volumes distintos que ainda não foram revistos e publicados, a maioria é composta por correspondências entre as autoridades locais e o Presidente da Província de Santa Catarina, assim como falas entre o Presidente da Província e representantes da Coroa Portuguesa. (FREITAS, 2001, p.58– 59).

Visto que as fontes de informação podem ser distintas em seu meio e forma, como no exemplo das narrativas indígenas trazidas por Paiva (2014) e os documentos levantados no arquivo público por Freitas (2001), percebe-se o quanto são mutáveis as fontes de informação, contudo, elas reafirmam a ideia de autores como Capurro e Hjørland (2007) quanto ao significado de informação, que deve ter significado para quem a

utiliza. Nesse sentido, uma fonte de informação só se torna fonte se houver uma demanda ou necessidade por parte de um usuário.

Dessa maneira, é identificado o caráter social da informação e logo das suas fontes para a comunidade quilombola, visto que a informação é fundamental para o indivíduo. Como citam Santos e Lubisco (2019, p. 366),

[...] ela é necessária e útil aos indivíduos porque os incita a ter um olhar crítico dos fatos de sua realidade, possibilitando, assim, uma incorporação, reflexão, imaginação e assimilação de conhecimentos capazes de dar significados ao desenvolvimento de suas ações ou atividades.

Nesse sentido, a comunidade remanescente quilombola Vidal Martins se constitui como fonte de informação potencial para a composição e registro da história de Florianópolis e do Estado por possuir narrativas dos remanescentes e, pelo acervo documental recuperado pelos moradores para comprovar judicialmente a sua legalidade como remanescentes quilombolas. Isso se dá em razão, por exemplo, do que é abordado por Paiva (2001, p. 58):

[...] a documentação existente no Arquivo Público do Estado que faz referência à população negra, tais documentos foram poucas vezes mencionados, visto que artigos referentes ao negro no período colonial

resumem-se a pequenas menções ou parágrafos em textos cujo objetivo era outro.

A menção do negro no sul do Brasil foi invisibilizada da história do País. Contudo, ela não é inexistente, ao contrário, ela está muito presente na cultura das regiões do sul do Brasil, bem como nas outras regiões brasileiras. Diante disso, o Quilombo Vidal Martins vem narrando uma história ainda não conhecida e legitimada pela cidade em que está inserido, Florianópolis, história essa que se entrelaça com o desenvolvimento social e a identidade cultural da referida cidade.

2 QUILOMBO VIDAL
MARTINS MEMÓRIAS
QUE SALVAGUARDAM
A HISTÓRIA

A humanidade vem se constituindo de experiências, formas de produção de sentido através da palavra. É importante ressaltar que a oralidade possui função de suporte de história, como memória coletiva. São relatos que são portadores de memória coletiva. Francilene Cardoso [2015, p. 61].

A história é garantidora de um serviço essencial para a humanidade, o entendimento do presente e não esquecimento do passado. Ela, a história, salva-guarda fatos e processos ocorridos no mundo, como se iniciaram conflitos que geraram guerras e que marcaram a humanidade da forma mais cruel, a dinastia de reis e rainhas no berço da civilização humana no Egito, o cotidiano de uma sociedade, os sonhos, as realizações, as violências, as transformações, as vidas de pessoas comuns que fazem e são história.

Mas de que forma a história faz essa construção tão rica que nos possibilita saber passados e presentes no mundo? Ou as formas de organização comunitária e agrícola dentro do Quilombo de Palmares?

Maurice Halbwachs (1990) afirma que a história é construída sob a base de uma memória histórica, conferida pelas memórias de um coletivo.

É verdade que os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência. Onde encontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo. [...] ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que não haviam desaparecido somente na aparência. (HALBWACHS, 1993, p.66-67).

Portanto, é conferido à história o papel de salvar o passado do coletivo para a posterioridade. Já para o filósofo Paul Ricoeur (2007) conceitua memória como fonte de conhecimento histórico. Para o autor, a memória é a base fundamentadora da História, e é somente por meio dela que se consegue olhar para o passado e se ligar a ele.

O autor trabalha com a imaginação e o esquecimento,

e, para ele, a rememoração é um ato de resistência, “Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar.” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Essa colocação da construção da história se faz importante, também, para compreender as injustiças da história decorrentes de uma memória seletiva. Pensando o próprio cenário desta pesquisa, é necessário ampliarmos os conceitos ou os entendimentos de história e memória, considerando as epistemologias negras ou do Sul.

A memória pode glorificar ou demonizar partes do passado, isso porque o processo de construção da memória implica em escolhas de eventos do passado que um determinado grupo acha que devem ser lembrados, e nesse processo o grupo define por suprimir e escolher determinados eventos.

A história construiu as nossas atuais bases de conhecimentos oriundos de outrora tendo como alicerce os grupos que denomino aqui como os grupos vencedores ou aqueles que estavam no poder, durante muito tempo, e é à sombra deles que se deu a construção da história tal qual a conhecemos, com representações de um grupo totalitário e dominante, causando injustiças visíveis até hoje. “Isto porque o processo de constituição da memória coletiva pode ser permeado pelos princípios de exclusão,

segregação e marginalização daqueles que determinada coletividade quer ‘apagar da memória’ e, consequentemente, da história.” (VIEIRA; KARPINSKI, 2019, p. 300).

Nesse sentido, Maurice Halbwachs aborda essa construção da memória para a história com um olhar particular:

A história que quiser tratar dos detalhes dos fatos, torna-se erudita e a erudição é condição de apenas uma minoria. Se ela se limita, ao contrário, a conservar a imagem do passado que possa ainda ter seu lugar na memória coletiva de hoje, ela apenas retém dela aquilo que ainda interessa as nossas sociedades, **isto é, em resumo, bem pouca coisa.** [HALBWACHS, 1990 p. 300, grifo nosso].

Durante muito tempo, os grupos eruditos escolheram determinadas memórias para escrever a história. Logo, esta foi feita de acontecimentos com personagens que personificam uma visão de uma época e com os seus lugares de memória, uma escrita histórica eurocêntrica e colonial. Recordemos de como a história do Brasil era contada nos livros didáticos. Alguma vez nesses livros encontrou-se a versão indígena? Recordo-me apenas da versão em que os portugueses “salvaram” os indígenas trazendo a eles a “civilidade”.

Em síntese, esse levantamento sobre a importância da memória para a construção da história, aqui trazido,

é um exercício para compreender

Com as coisas que nos cercam sucederam. Ouve-se muitos os questionamentos, como: por que existe racismo? Por que algumas pessoas brancas se julgam superiores às pessoas negras? Onde isso está escrito? Quem disse isso? Pois bem, isso está escrito. E quem disse e diz é a História, uma história construída por uma minoria erudita, branca, elitista e patriarcal.

Contudo, para identificar as respostas de tais questionamentos é necessária uma leitura mais crítica. Pesavento (2003) também se coloca nesse sentido, ao afirmar que:

A História trabalha, assim, com um acúmulo de possíveis, com a pluralidade de pontos de vista, o que a situa no campo da ambivalência: ser isso e aquilo ao mesmo tempo, podendo um fato ter mais de uma versão, dotada cada uma da sua lógica própria sem que uma delas deva ser, necessariamente, mentirosa. [PESAVENTO, 2003].

Nesse sentido, em consonância com Pesavento, pensamos que para compreender o contexto quilombola, torna-se importante apresentar as formas africanas e afro-diaspóricas ou/e negras de tratar a memória e a história. De acordo com Queiroz (2015, p. 47), para algumas sociedades africanas, a tradição oral tinha tanto

valor quanto a tradição escrita tem para o ocidente, “[...] a palavra falada estava imbuída de valores morais e de um caráter sagrado, além de possuir forças nela oculta.”

Queiroz (2015) descreve que nas tradições orais africanas existem representantes responsáveis por transmitir e dar continuidade à história através da fala. Identificados como tradicionalistas, esses são “conhecedores” ou “fazedores de conhecimento” conhecidos como Griôs:

Os griôs poderiam percorrer vastas regiões ou estar ligados a uma família. [...] Seus conhecimentos poderiam ser amplos, envolvendo não só a história das populações de suas regiões, mas as características geográficas locais, sobre seus deuses, instituições, mitos, lendas, seu penar e esperança. [...] Assim, os griôs assumiram durante muitos séculos diversas funções: eles romperam o esquecimento, exaltaram as tradições, serviram de mediadores em sociedades marcadas por hierarquias, etiquetas, autoridade e reverência, foram portadores das histórias e dos mitos fundadores de regiões e impérios. [QUEIROZ, 2015, p. 52-53, grifo nosso].

Esses tradicionalistas eram viajantes, e cabia a eles levar a história para os mais distintos grupos através da tradição oral. Como sociedades orais, a palavra tem imenso poder, sendo ela irrefutável e entendida como

algo supremo, sendo o homem o receptáculo desse poder divino, guardando a mente e a palavra. Queiroz (2015, p. 48) cita que o homem “transmite o que aprendeu a seus descendentes – este é o marco inicial da grande cadeia de transmissão oral.”

Corroborando com Queiroz (2015), Bosi (2003, p. 15) versa sobre a importância e riqueza da oralidade na concepção da história:

A memória oral, longe da unilateralidade para qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem prender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades.

Nesse entendimento, Shirlen, uma das líderes da comunidade quilombola Vidal Martins, cita que no início do processo de resgate histórico o ponto mais importante para esse processo foi a sabedoria dos mais velhos:

[...] nós tínhamos algo muito bom, que era o contar dos mais velhos, [...] como nós tínhamos toda a sabedoria deles, tudo aquilo que foi passado para eles através dos pais deles, através do meu avô, do bisavô do tataravô a gente tinha a história [...] os

mais velhos são a nossa biblioteca [...]. [A RETOMADA..., 2020, informação verbal].

Vista a importância da oralidade para culturas de origens africanas, essa pesquisa toma como matéria-prima a oralidade dos remanescentes do Quilombo Vidal Martins, perante tamanha riqueza que esses trazem em seus relatos, que interpretam o passado por meio de lembranças, mas principalmente através das memórias passadas a eles por seus ancestrais, caracterizando-as como a memória de um coletivo e um lugar de memória para o coletivo Vidal Martins.

À vista disso, é importante registrar e ordenar a memória de forma escrita, materializando-a. Contudo, é de extrema importância ressaltar que a escrita/materialização não torna a memória do quilombo como registro e transmissão cultural inválidos ou não confiáveis pelo fato de serem advindos em sua maioria de narrativas dos remanescentes.

Nesse sentido, Pizarro, Laurindo e Vieira (2015, p. 33) inferem que “[...] o ato de escrever serve, justamente, para organizar e alinhar estes pensamentos de forma coerente possibilitando uma leitura posterior e a transmissão de um conteúdo significativo”.

Significativo, tal qual as memórias do quilombo, configurando, assim, um lugar de memória. Ainda no entendimento da importância da escrita para o registro

das memórias do quilombo, o filósofo Vilém Flusser (2010) apresenta-a da seguinte maneira:

Mas as linhas daquilo que está escrito não orientam os pensamentos apenas em sequências, elas orientam esses pensamentos também em direção ao receptor. Elas ultrapassam seu ponto final ao encontro do leitor. O motivo que está por trás do escrever não é apenas orientar pensamentos, mas também dirigir-se a um outro. Apenas quando uma obra escrita encontra o outro, o leitor, ela alcança sua intenção secreta. **Escrever não é apenas um ato reflexivo, que se volta para o interior, é também um gesto [político] expressivo, que se volta para o exterior.** Quem escreve não exprime algo de seu próprio interior, como também o exprime ao encontro do outro. (FLUSSER, 2010, p. 20, grifo nosso).

O autor argumenta que, a partir do registro da escrita, a história pode ser um acontecimento, assim como também pode fazer parte da memória.

O gesto de escrever evidencia a consciência histórica, que se deixa fortalecer e aprofundar por meio de uma escrita contínua, e o escrever, por sua vez, torna-se mais forte e mais denso. [...] **Essa é a dinâmica da história.** (FLUSSER, 2010, p. 21, grifo nosso).

Dessa maneira, ao ser registrada a memória do Quilombo Vidal Martins, não só os remanescentes terão sua história em um suporte, mas, também, Florianópolis terá uma parte de sua história, ainda desconhecida por muitos, exposta. Esse suporte compreenderá a memória de um grupo, e com isso pode ser caracterizado como um lugar de memória, guardando dados, fatos sobre o quilombo e seus representantes.

Para Nora (1993), “lugar de memória” são como rastros de memória, materializada na forma de instituição/monumento específica que salvaguarda aquilo que deve ser lembrado, pois é preciso lembrar ao homem aquilo que ele não deve esquecer. Para o autor, os lugares de memória têm a função pedagógica de exercer o papel de lembrar e evitar o esquecimento. De acordo com ele, um lugar de memória pode ser entendido como uma praça, um monumento ou um livro.

Portanto, a construção desse trabalho que organiza um dossiê sobre a comunidade Vidal Martins é também um gesto político, como cita Flusser (2010), visto que o dossiê do quilombo se torna expressivo e se volta para o exterior, atingindo, então, visibilidade como um “lugar de memória” dá e para a comunidade.

3 QUILOMBOS

Em todas as direções da grande expansão territorial do Brasil durante mais de três séculos da escravidão, os africanos e africanas se autoliberaram da escravidão através da fuga; constituíam-se em agrupamentos denominados Quilombos como meio de organizar em sua existência individual e coletiva, e como forma de combate ao sistema de opressão. [NASCIMENTO, 1980, p. 62].

Os quilombos representam resistência à escravidão, resistência territorial, ao trabalho forçado e às condições desumanas de vida, trata-se do ato de se autolibertarem, como cita Abdias do Nascimento (1980), pois a liberdade daquelas pessoas não pertencia a ninguém, estavam na condição de escravizados, não eram cativos. De acordo com Leite (2000, p. 335), “[...] a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações”.

Por muito tempo, os quilombos foram conceituados sob sinônimos de marginalização. Fontes de historiadores do período colonial que representavam esse conceito são descritas por Reis e Gomes (1996, p. 10), “[...] para a maioria dos quilombos nas Américas, e no Brasil em particular, dependemos apenas de relatos escritos por pessoas de fora, amiúde pela pena de membros das forças opressoras.”.

Marginalizados, os quilombos sofrem com os estigmas oriundos de fontes advindas de documentos de repreensão, como cita Leite (2000), configurando a desigualdade social e principalmente racial:

Em diferentes partes do Brasil, sobretudo após a Abolição [1888], os negros têm sido desqualificados e os lugares em que habitam são ignorados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao estado. (LEITE, 2000, p. 334).

Contudo, é importante reafirmar a resistência desses territórios evidenciada através de pesquisas e trabalhos que trazem o símbolo e o significado que representavam e representam para a resistência de homens e mulheres no tempo.

Ainda sob a narrativa de documentos elaborados pelos opressores, na definição colonial abarcada pelo

Conselho Ultramarino de 1741, citada por Carril (2006, p. 52), quilombos são definidos como “Toda a habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte despovoada ainda que não tenha ranchos levantados nem nela se achem pilões.”.

Para o historiador Carlos Magno Guimarães (1996), que estudou sobre a mineração em quilombos de Minas Gerais e em Palmares,

Os quilombos se manifestam enquanto contradição básica do escravismo moderno – Levando-se em conta também as especificidades conjunturais desse mesmo escravismo – e são uma das formas de manifestação do conflito que envolve todas as classes mas tem seu ponto de partida no conflito entre senhores e escravos. [1996, p.139]

Abordando a etimologia da palavra, Leite (1999) cita a pesquisa realizada pelos autores Lopes, Siqueira e Nascimento, em 1987, em que se tem como definição: “[...] quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos [...] Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa.” (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987, p. 27–28 *apud* LEITE, 1999, p. 127).

Reflexões relativas aos quilombos passam a se intensificar, como citam Reis e Gomes (1996) sobre os

estudos afro-brasileiros no século XX. Nesse viés, novas abordagens quanto ao conceito de quilombo surgiram, ampliando para múltiplas formas e amplos conceitos, como abordam Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p.3):

[...] quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Com a ampliação dos conceitos, a linguagem popular também passou a incorporar entendimentos do povo sobre o entendimento de quilombo, como se refere Leite (1999), ainda citando Lopes, Siqueira e Nascimento (1987):

Na tradição popular no Brasil há muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar (“quilombo era um estabelecimento singular”), ora a um povo que vive neste lugar (“as várias etnias que o compõem”), ou a manifestações populares, (“festas de rua”), ou ao local de uma prática condenada pela sociedade (“lugar público

onde se instala uma casa de prostitutas”), ou a um conflito (uma “grande confusão”), ou a uma relação social (“uma união”), ou ainda a um sistema econômico (“localização fronteira, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos”). (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO 1987, p. 15 apud LEITE, 1999, p.336 – 337)

Atualmente, os estudos sobre quilombos ganham força, são identificados conceitos novos, amplos e com aporte científico e não cheios de cargas preconceituosas para suas definições, com o aumento dos estudos são realizadas outras análises, como as tipificações de quilombos.

Mathias Assunção (1996) dividia os quilombos do Maranhão em três grupos:

[o primeiro] “[...] como pequenos grupos de escravos que se escondiam nas matas nas imediações das fazendas [...]” [o segundo se trata dos grupos que,] “[...] afastados das imediações das fazendas, que conseguiriam estabelecer algum tipo de economia de subsistência mais permanente, e eventualmente combiná-lo com a venda de algum excedente [...]” [e o terceiro grupo é descrito como o que,] “[...] combinava agricultura de subsistência com garimpo. O garimpo significava maiores recursos para a

aquisição de bens e a participação em redes comerciais [...]” (ASSUNÇÃO, 1996, p. 436–437).

Outra análise aborda as condições de sustentabilidade econômica dos quilombos. Décio Freitas as descreve em sete maneiras, como cita Leite (2000):

[...] os agrícolas, os extrativistas, os mercantis, os mineradores, os pastoris, os de serviços, os predatórios (que viviam de saques). A agricultura não está totalmente ausente dos demais, mas não é propriamente o que viabiliza e define cada um deles (FREITAS, 1980, p. 70 apud LEITE, 2000, p. 337).

Além disso, estudos relatam a participação de outros grupos além dos africanos e afrodescendentes nos quilombos, como pessoas indígenas, brancos pobres ou fugitivos da lei. Contudo, também é observado nos estudos o termo “quilombos suburbanos”, definidos como aqueles próximos às cidades e vilas, já que na fuga, muitas pessoas escravizadas optaram por ir para a cidade procurando se diluir no anonimato da massa de negros livres (REIS; GOMES, 1996).

3.1 Quilombos urbanos

Nós entramos pobre na fazenda e saímos mais pobres ainda. Carpimos doze mil pés de café, e colhemos também, e não recebemos nada. Que crueldade! Nos tirar da nossa casa, nos espoliar e nos abandonar sem um tostão. Carolina Maria de Jesus (2014, p.143).

O trecho anterior traz relatos das lembranças da autora Carolina Maria de Jesus entre as décadas de 1920 a 1950, aproximadamente trinta anos após a abolição da escravidão no Brasil, em seu livro o “Diário de Bitita”. Pela narrativa e memória da autora, é evidente os sofrimentos pelos quais os negros passavam. Como não podiam ser donos de terras, tinham que se sujeitar a qualquer coisa para continuarem existindo, situação que perdurou por muito tempo (JESUS, 2014).

Esse é um relato de uma mulher negra que viveu nessa situação e conta sua história como algo comum e corriqueiro. Isso porque durante muito tempo as únicas terras que por algum momento pertenceram aos negros foram as terras de quilombos (REIS; GOMES, 1996).

Após a fuga, homens e mulheres escravizados buscavam diversos meios para manterem-se livres. Como era de conhecimento das autoridades, os quilombos passaram a ser visados, e, por isso, foram alvos, sofrendo com ataques violentos e sanguinários, que resultava na sua dizimação ou na volta para a escravidão (MAESTRI, 1996).

Uma das estratégias usadas era de serem invisíveis nas cidades ou vilarejos próximos, onde existia maior circulação de todos os tipos de pessoas, inclusive de negros forros, formando o que é denominado de quilombos urbanos:

Os escravos fugidos seriam um problema para Porto Alegre. Nos morros que cercavam a vila e nas ilhas próximas do Guaíba deve ter havido pequenas concentrações de fujões. A esses Quilombos se referia a Câmara. Era comum que cativo se refugiassem nas cercanias e nas ilhas fluviais e lacustres próximas dos centros urbanos. (MAESTRI, 1996, p. 297)

Vistos como um problema, as pessoas escravizadas que conseguiram fugir foram tema de estudos de Mário

Maestri (1996), que investigou a escravidão e a criação de quilombos urbanos no Rio Grande do Sul.

Em Minas Gerais, na zona industrial da mata mineira, Djalma Antonio da Silva (2005, p.14) fez sua tese sob a formação de quilombos urbanos na zona da mata, “[...] a formação do quilombo urbano, trata dos remanescentes de quilombos das comunidades da Colônia do Paiol, Bias Fortes e das migrações de membros desses grupos para Juiz de Fora”. Silva (2005) caracteriza os espaços quilombolas urbanos como lugar de resistência, onde os descendentes de pessoas escravizadas recriaram suas identidades culturais no contexto urbano.

A estrutura de quilombos em zonas urbanas pode ser identificada em partes da cidade, como em comunidades (favelas), becos e ruelas no plano ou em morros, como destacam Hebenbrock e Fideles (2014), “O resquício do entrelaçamento das raças formadoras da cidade do Recife ainda pode ser vista e vivida nos becos, avenidas e ruelas da atual Veneza Brasileira.”

Mesmo com a pompa de uma Veneza Brasileira, os autores apresentam as dificuldades que a população negra sofre afirmando que:

Recife está longe de ser uma cidade considerada multicultural em virtude de suas diversidades, étnicas, religiosa e social, mas sim um Quilombo Urbano, onde os negros oriundos da África na atualidade

ainda são vistos como pobres, feios, diaspóricos e miseráveis. (HEBENBROCK; FIDELES, 2014).

Contudo, é importante salientar que na maioria dos quilombos urbanos foram as cidades que chegaram a eles, e não o contrário, pois com a modernização e o processo de crescimento das cidades, em algumas ocorreram a concentração de populações que se misturaram com as comunidades quilombolas, passando a serem identificadas como quilombos urbanos devido à localização geográfica, sendo ainda consideradas como território de resistência.

Uma diferença entre os quilombos urbanos e rurais é observada na maneira como a economia se organiza. É comum nos quilombos em área rural haver uma economia baseada na agricultura e venda dos produtos produzidos pela comunidade, além de alguns integrantes trabalharem nas cidades próximas. Nos quilombos urbanos, a economia gira em torno do trabalho fora dos quilombos, como descrevem Souza e Gusmão (1998, p. 79), no estudo do Quilombo Brotas, situado na cidade de Itatiba, interior do estado de São Paulo, “Os moradores do Quilombo trabalham na cidade como pedreiros, pintores, ajudantes gerais, cozinheiras, faxineiras e domésticas.”.

Atualmente, tanto urbanos como rurais têm características muito semelhantes e a “modernidade” chegou para ambos, os remanescentes de quilombolas

estudam, trabalham, gerando economia e trabalho para o estado como qualquer outra comunidade ou bairro dos estados e municípios.

Entretanto, ainda sofrem com problemas oriundos do período escravocrata, as terras são roubadas nos processos de grilagem, sufocando as famílias em metros quadrados, alguns são perseguidos pelas práticas das religiões de matriz africana e sujeitos a processos de catequização de outras religiões, sem falar do preconceito que sofrem devido à cor da pele e ao fato de serem remanescentes quilombolas. Portanto, têm sua cultura, costumes e modos de vida constantemente ameaçados pelas inúmeras violências.

Assim sendo, faço das palavras de Leite (2000, p. 333) as minhas, “Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.”

Este é um trabalho realizado no ano de 2000, mais de vinte anos se passaram e as lutas continuam as mesmas. O contexto atual ainda está longe de ser benéfico para o negro no Brasil e, em particular, para as populações quilombolas.

Isso posto, diante dessa breve compreensão sobre o Quilombo, faz-se importante reafirmar que ele vai muito além de uma visão advinda do terror da escravidão, trata-se de uma estrutura organizada com ajuda

e cooperação entre pessoas. Portanto, aquilombar-se⁽¹⁾ representa união, sagacidade, força, inteligência e resistência, assim foi desde o início da escravidão no Brasil e assim segue até os dias de hoje.

1 Entenda mais sobre o conceito de aquilombar-se em: <https://revistaforum.com.br/noticias/e-tempo-de-se-aquilombar/>.

3.2 Quilombos de Santa Catarina

A abolição da escravatura de 1888 não garantiu aos negros uma vida em sociedade igualitária, ao contrário, foram marginalizados e alocados em posições de subalternidade. Contudo, as frentes negras em movimentos por defesa aos direitos e por um sistema mais justo para os negros se destacaram (CARNEIRO, 2002).

Os movimentos negros foram/são indispensáveis para a comunidade negra brasileira devido às muitas conquistas em diversos campos, sendo atuante na organização de sindicatos trabalhistas, nas Organizações não Governamentais (ONGs), nas políticas públicas específicas, nas ações afirmativas, dentre outras, como aponta Petrônio Domingues (2008).

Na educação, os movimentos negros organizados tornou-se, então, um dos maiores impulsionadores na formulação e construção de leis que vieram a surgir em prol da comunidade negra brasileira, como a inclusão da história e cultura afro-brasileira na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e, posteriormente, nas Leis (federais) n. 10.639/03 e n. 11.645/08, as quais implementaram

a obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares da “História e cultura afro-brasileira e indígena”, além da Lei (federal) n. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas para o ensino superior (BRASIL, 1996, 2003, 2008, 2012).

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2002, p. 210) ressalta a importância do movimento negro, no que tange aos:

Avanços significativos se processaram no combate ao racismo do ponto de vista legal, constituindo uma nova e vigorosa área de atuação e produção de conhecimento, a do “Direito e Relações Raciais”, com crescente engajamento de operadores do direito, instituições jurídicas e a proliferação dos SOS Racismo, tanto no Brasil como em alguns países da América Latina.

A autora também salienta o avanço na organização das comunidades remanescentes quilombolas, nos meios de comunicação, além do movimento feminista negro e outros que são expressões da luta negra por direitos básicos e por humanidade (CARNEIRO, 2002).

Quanto às comunidades negras quilombolas, a atuação intensa do movimento negro no suporte à organização política dessas comunidades contribuiu para que alcançasse dimensões nacionais. Nas expressivas marchas, diálogos e atos públicos, as necessidades e as reivindicações das comunidades são vistas e expressadas.

O Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas é hoje um dos mais ativos

agentes do movimento negro no Brasil. Unidos pela força da identidade étnica, os quilombolas construíram e atualmente defendem um território que vive sob constante ameaça de invasão, uma realidade que revela como o racismo age no país, impedindo que negros e negras tenham o direito à propriedade, mesmo sendo eles os donos legítimos das terras herdadas dos seus antepassados. (IPEA, 2020, *online*).

Destaca-se, impulsionada pelo movimento negro, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq; ISA). Criada em 1995, durante a primeira Marcha de Zumbi dos Palmares² em Brasília, a Conaq atua no sentido de construir visibilidade à luta das comunidades quilombolas no Brasil em busca de seus direitos legais.

É neste contexto que a questão quilombola ganha peso no cenário nacional. O reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, gerando proposições legislativas em âmbito federal e estadual, promovendo a edição de

² “A primeira Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, foi realizada no dia 20 de novembro de 1995. Cerca de 30 mil pessoas se reuniram em Brasília para denunciar a ausência de políticas públicas para a população negra.” (JORGE, 2005, *online*).

portarias e normas de procedimentos administrativos consoante à formulação de uma política para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas. [CONAQ; ISA 2020, *online*].

Com a articulação nacional em prol das comunidades quilombolas estruturada pela Conaq, as lutas das comunidades quilombolas passam a ser percebidas, e com a pressão o governo brasileiro passa a atender as demandas já constituídas legalmente das comunidades negras quilombolas, como a aplicabilidade e conservação do art. 68 da Constituição Federal de 1988, que determina “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988).

Assim, a luta quilombola se inicia articulada com o movimento negro, contudo, essa é uma luta que não está apartada da luta antirracista, mas que traz o território como centralidade, mediante lutas locais e nacionais. Dessa maneira, como determina o art. 68 da Constituição Federal, é de direito das comunidades quilombolas a posse e propriedade das terras de seus antepassados, ou seja, essas terras são suas por direito.

Visto a importância nacional trazida pelo movimento negro e o movimento das comunidades quilombolas, é importante mencionar a dimensão local dos ganhos

adquiridos em âmbito local desses movimentos no estado de Santa Catarina.

A comunidade Vidal Martins é o primeiro quilombo reconhecido pela Fundação Palmares em Florianópolis, entretanto não é o primeiro do estado. De acordo com o último levantamento de comunidades quilombolas certificadas⁽³⁾ pela Fundação Palmares, Santa Catarina possui 18 comunidades⁽⁴⁾ com certificação, identificadas no quadro a seguir:⁽⁵⁾

3 Faz-se importante mencionar que ser certificada não garante o acesso à terra. Tanto que as comunidades hoje lutam para isso, como é caso da Vidal Martins.

4 Comunidades quilombolas certificadas no Brasil, disponível em http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 acesso em: 15/11/2020.

5 No site oficial do Governo do Estado há mapas por região que contêm comunidades remanescentes quilombolas, com última atualização em 2015. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/educacao-escolar-quilombola-456/mapas-comunidades-quilombolas-544>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Quadro 1 – Comunidades certificadas em Santa Catarina

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	CERTIFICAÇÃO
Abdon Batista Campos Novos	Invernada dos Negros	04/06/2004
Praia Grande Mampituba	São Roque	10/12/2004
Porto Belo	Valongo	10/12/2004
Garopaba	Morro do Fortunato	13/12/2006
Paulo Lopes	Santa Cruz	02/03/2007
Monte Carlo	Campo dos Ooli	02/03/2007
Balneário Camboriú	Morro do Boi	05/05/2009
Santo Amaro da Imperatriz	Tabuleiro	05/05/2009
Treze de Maio	Família Thomaz	05/05/2009
Santo Amaro da Imperatriz	Caldas do Cubatão	06/07/2010
Garopaba	Aldeia	27/12/2010
Florianópolis	Vidal Martins	25/10/2013
Capivari de Baixo	Ilhotinha	18/03/2014
Joinville	Beco do Caminho Curto	10/05/2019
São Francisco do Sul	Tapera	10/05/2019
Araquari	Itapocu	10/05/2019
Araquari	Areias Pequenas	01/11/2019
Joinville	Ribeirão do Cubatão	31/12/2019

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Fundação Cultural Palmares, 2021.

No ano de 2004, a comunidade Invernada dos Negros, localizada entre os municípios de Abdon Batista e Campos Novos, tornou-se a primeira comunidade negra a ser certificada pela fundação Palmares como comunidade

quilombola em Santa Catarina, mediante as exigências da Portaria FCP n. 98, de 26/11/2007⁽⁶⁾. De acordo com o Programa Fronteira em Movimento, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), até o ano de 2018, a comunidade reunia aproximadamente 150 famílias, instalados em uma área de 7.790 hectares (VON ONÇAY; FAGUNDE; ZANANDREA, 2019).

Em 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou um projeto com o objetivo de preservar a memória de comunidades Quilombolas no estado, denominado “Comunidades Negras de Santa Catarina”, no qual foram apreciadas três comunidades, Sertão de Valongo, Invernada dos Negros e São Roque. Sobre as comunidades Sertão de Valongo e São Roque, o IPHAN apresenta os seguintes destaques em seu levantamento:

O Sertão de Valongo, por exemplo, é uma comunidade rural adventista e sua população é de aproximadamente 34 famílias. A fixação dos primeiros habitantes na região ocorreu imediatamente após a abolição da escravidão no Brasil. O Iphan

6 A Portaria FCP n. 98, de 26/11/2007, institui que três documentos são exigidos para o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, são eles: Ata de reunião específica para tratar do tema de autodeclaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade etc; e um Requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 acesso em: 15 fev. 2021.

identificou na região um total de 19 referências culturais, como os conhecimentos tradicionais de ervas-de-chá, o plantio agroecológico de bananas e os cultos adventistas de adoração. [...] Já São Roque, com 62 famílias, remonta suas origens à década de 1860, quando ex-escravos formaram um quilombo de fuga, a forma mais comum de quilombo. Entre as realizações do projeto estão a publicação do livro “Comunidades Negras de Santa Catarina”, e três filmes-documentários: “A gente fala sobre esse negócio de esquecimento”, que trata do Sertão de Valongo; “Comunidade de São Roque: Referências Culturais Quilombolas” e “Comunidade de Invernada dos Negros: Referências Culturais Quilombolas”. (IPHAN, 2009, online)

Já na comunidade Morro do Boi, além da confecção de artesanato, como as bonecas abyomi, também se conserva como herança de seus antepassados o ato de benzer, sendo esse repassado para as futuras gerações. Infelizmente, a comunidade perdeu uma enorme quantidade de terras devido à pavimentação da Rodovia BR-101, em 1960, terras que não foram restituídas em forma de ressarcimento para a comunidade (PACHECO, 2018).

A comunidade Morro do Fortunato, no Município de Garopaba, existe há mais de 100 anos, com cerca de 150 pessoas, em cujas práticas cotidianas de vida

são evidentes as bases culturais de matriz africana, e todos são parentes e possuem o mesmo sobrenome, Machado (BUCHELER, 2017).

Tivemos o imenso prazer de conhecer pessoalmente a comunidade do Fortunato, como é chamada entre os locais, lá fomos recebidos pelo líder comunitário Maurílio Machado, que nos deleitou com uma tarde cheia de histórias sobre o quilombo. Maurílio é um Griô⁷ do Quilombo do Fortunato, ele relata as histórias da comunidade com maestria e excepcional riqueza de detalhes, desde a trajetória do fundador, Fortunato Justino Machado, os tempos de suas avós até os meios para a manutenção da preservação da história nos tempos de hoje. A comunidade possui forte participação do Movimento Negro Unificado (MNU), que atua em diversos projetos como a escola que fica dentro da comunidade.

7 Ver página 36, conceito de Griô.



Figura 1 - Líder Maurílio contando histórias sobre o quilombo
Fonte: Arquivo pessoal da autora [2019].

Além do Morro do Fortunato e da Vidal Martins, também conhecemos pessoalmente, no mês de novembro de 2019, a comunidade do Valongo, localizada no município de Porto Belo e a comunidade Santa Cruz, conhecida por Quilombo da Toca pelos locais, localizada no município de Paulo Lopes.

A comunidade do Valongo tem sua representação não por um remanescente ou residente do Quilombo, mas, sim, pela referência à igreja Adventista do Sétimo Dia. Em minha visita à comunidade, fomos recepcionados pelo pastor que da sua maneira contou a história do Quilombo, expressamente contextualizada nas bases da religião adventista.

Devido à rica e privilegiada localização⁽⁸⁾ geográfica da comunidade, foram inúmeras as demarcações de terras em processos de grilagem, o que tomou muitas terras da comunidade, reduzindo os remanescentes a poucos metros quadrados. Com o processo de grilagem, as 34 famílias remanescentes ficaram com terrenos de aproximadamente 400 metros quadrados, segundo relato do pastor que nos recebeu.

Nesse sentido, a Igreja tornou-se um forte aliado da comunidade, impedindo novas demarcações de terras e tentando reaver terras usurpadas.

8 A localização da comunidade é privilegiada porque encontra-se em um espaço plano que possibilita o acesso fácil com estradas largas. Cercada por montanhas e com a vegetação bem preservada e com nascentes que cortam a paisagem, por isso, a origem do seu nome "Valongo", longo vale.



Figura 2 – Casa no Quilombo do Valongo
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

No Quilombo da Toca ou Santa Cruz, pude observar o injusto peso da “mão do poder público”, lá é forte o processo de apropriações de terras tanto pela iniciativa privada quanto pelo poder público. Por também estarem localizadas em um espaço geográfico privilegiado, as terras que sobraram para os remanescentes vão se esgotando a cada ano, conforme nos foi dito pela líder do quilombo, Mãe Natalina. Além das indevidas demarcações de terras, a comunidade sofre de forte preconceito religioso devido à religião de matriz Africana que é praticada pela comunidade, os ataques à comunidade já foram desde incêndios nos terreiros, depredação e a imposição de uma catequização por igrejas evangélicas. Botega e Lima (2016, p. 115) explanam que “Na etnografia realizada na Toca, encontramos nas práticas partilhadas por mulheres e crianças no terreiro, a cosmologia que integra rituais, corporeidades, estéticas e ancestralidades próprias do quilombo.”.

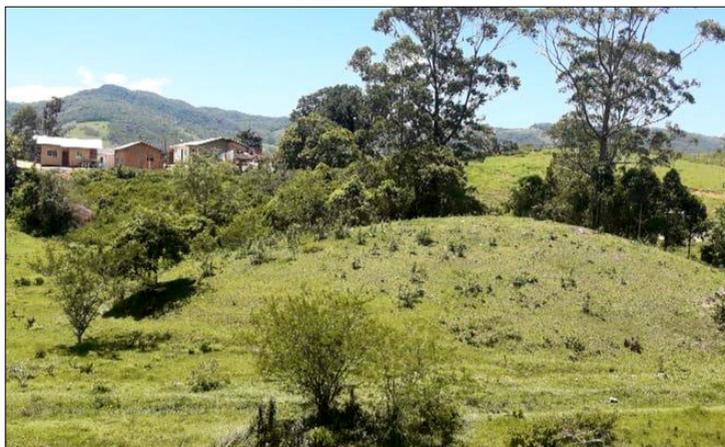


Figura 3 – Vista das casas no Quilombo de Santa Cruz/Toca
Fonte: Arquivo pessoal da autora [2019].

Esses são breves relatos de algumas comunidades quilombolas de Santa Catarina que, como já mencionado anteriormente, atualmente são 18 certificadas, são todas riquíssimas histórias, cada uma construída sobre o mesmo propósito, o da sobrevivência, todas representam uma resistência, porém são histórias ímpares em sua formação e principalmente em sua trajetória e permanência até os dias atuais.

Nesse contexto, é notório a herança africana existente em Santa Catarina, mesmo que silenciada, ela é viva e ativa, resiste e persiste através da manutenção da preservação de suas origens. Porque o Quilombo e a comunidade que remanesce dele são um território todo intercalado entre educação, saúde, cultura,

espiritualidade e religiosidade, o território quilombola é uma rede que não se desconecta.

Além das visitas nas comunidades remanescentes Morro do Fortunato, Valongo e o Quilombo da Toca, também tivemos a oportunidade de conhecer o Quilombo Vidal Martins, que, além de conhecer, foi o escolhido para realizar este trabalho, mas esse será apresentado nos próximos capítulos.

4 QUILOMBO VIDAL
MARTINS MEMÓRIAS
QUE CONSTROEM
HISTÓRIAS

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola tomam a palavra. Ecléa Bosi (2003, p.15).

O presente capítulo apresenta a comunidade remanescente quilombola Vidal Martins, ele foi construído sob a discussão dos resultados obtidos na pesquisa. É importante mencionar que nesta composição as transcrições são fiéis às narrativas, respeitando a forma de linguagem e desconsiderando o que pode ser entendido como um “falar errado” ou não estar dentro da norma culta/padrão, pois é entendido que a língua é um instrumento social mutável que está de acordo ao social, regional e à cultura do indivíduo, esse é um entendimento compreendido também pela metodologia de história oral, e sem preconceito linguístico. Assim, nas transcrições, as contribuições externas são apenas realizadas para facilitar ao leitor a compreensão de a que se referem os

entrevistados, tais contribuições estão entre parênteses e no acréscimo de algumas pontuações.

As narrativas estão constituídas das entrevistas realizadas com três remanescentes da comunidade, a conhecer: Shirlen Vidal de Oliveira, 40 anos, identifica-se como mulher preta quilombola, possui ensino médio completo, casada, descendente direta de Vidal Martins (trineta). É a vice-líder da comunidade, e junto com a irmã, Helena, iniciaram a trajetória de reconstrução da história da comunidade. Atualmente, Shirlen é secretária-geral da associação da comunidade e coordenadora da área de educação escolar quilombola Vidal Martins no Sistema Estadual de Jovens e Adultos (SEJA); Vitor Vidal da Silva, 17 anos, declara-se homem negro, tata-raneto de Vidal Martins. Estudante, representa o que os jovens na comunidade compreendem sobre serem remanescentes quilombolas. Filho de Helena, Vitor reconhece a sua história e se reconhece nos dizeres da avó e do tio-avô; e, Jucélia Beatriz Vidal de Oliveira, 63 anos, declara-se mulher negra, bisneta de Vidal Martins. Matriarca da comunidade, mãe de Shirlen e Helena. Dona Jucélia juntamente com seu irmão Odílio atualmente são os responsáveis pela manutenção e conservação da história da comunidade através da sua oralidade. São os Griôs do Quilombo.

4.3 Conhecendo e reconhecendo

Organizar as memórias da comunidade quilombola remanescente Vidal Martins, vai além da comunidade. Como já mencionado anteriormente, essa história representa contextos históricos de Florianópolis, de Santa Catarina e do Brasil. A riqueza nos detalhes das narrativas retrata fatos de uma família e também fatos e dados que nos ajudam a compreender melhor sobre como nossa sociedade se desenvolveu até os dias atuais.

Por isso, para compreendermos melhor o presente dossiê, faz-se importante identificarmos os principais atores da dessa história, e com isso a genealogia da família de Vidal Martins, bem como observarmos a linha do tempo em que os principais fatos que compõe as memórias sucederam.

Quadro 2 – Personagens da história do Quilombo

PERSONAGENS	
 <p>Jacinta: mãe de Joana e avó de Vidal Martins.</p>	 <p>Antônio de Santa Pulcheria Mendes de Oliveira: padre da paróquia de São João do Rio Vermelho, foi o senhor de Joana até sua morte.</p>
 <p>Joana: mãe de Vidal Martins.</p>	 <p>Manuel Martins Galego: primeiro senhor de Joana, foi também senhor de Vidal. Mudou de nome para Martins Correia.</p>
 <p>Pedro Vidal: pai de Vidal Martins.</p>	 <p>Izidro Boaventura Vidal: filho de Boaventura, neto de Vidal, pai de dona Jucélia e seu Odílio, avô de Helena e Shirlen.</p>
 <p>Manoel Fonseca do espírito Santo: companheiro de Joana, padraсто de Vidal.</p>	 <p>Beatriz Geraldina Vidal: companheira de Izidro, mãe de Dona Jucélia e Seu Odílio, avô de Helena e Shirlen.</p>
 <p>Vidal Martins: homem homenageado com seu nome dado para a comunidade, em alguns documentos, seu nome também consta como Vidal Martins Oliveira.</p>	 <p>Henrique Berenhauser : engenheiro florestal responsável pelo processo de florestamento e reflorestamento nas terras que a comunidade reivindica.</p>

PERSONAGENS



Maria Rosa de Jesus: companheira de Vidal Martins.



Odílio Izidro Vidal: filho de Izidro e bisneto de Vidal Martins.



Boaventura Vidal Martins: filho de Vidal e Maria Rosa, em alguns documentos, seu nome consta como Boaventura Linhares Vidal.



Jucélia Beatriz Vidal: filha de Izidro e bisneta de Vidal Martins, mãe de Helena e Shirlen.



Rosa: filha de Vidal e Maria Rosa.



Helena Vidal de Oliveira: atual líder da comunidade, filha de Dona Jucélia e trineta de Vidal Martins.



Manuel Vidal Martins: filho de Vidal e Maria Rosa.



Shirlen Vidal de Oliveira: atual líder da comunidade, filha de Dona Jucélia e trineta de Vidal Martins.



Sabina Correia: filha de Vidal e Maria Rosa.



Vitor Vidal da Silva: filho de Helena, representa os jovens da comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Identificados alguns dos nossos principais personagens, é possível construir a árvore genealógica da família Vidal Martins, desde a matriarca Jacinta até as irmãs que atuam à frente do processo de reconhecimento e de retomada de terras. É importante mencionar que na árvore genealógica apresentada na figura a seguir não são contemplados todos os membros da família. Foi optado por fazê-la até a geração das irmãs Shirlen e Helena, que iniciaram o processo de reconstituição da história da comunidade, ademais, as informações constadas foram retiradas do *site Family Search*, e com a ajuda da Shirlen, foram corrigidas as informações errôneas do *site*.

Ainda, para melhor compreensão da composição dessa história, faz-se importante dimensioná-la em uma linha cronológica que nos possibilita ter uma perspectiva de tempo quanto aos fatos corridos na história dos Vidal.

Conhecendo os principais personagens da história, a árvore genealógica que forma uma parte da família Vidal Martins e com a visualização temporal dos fatos que compõem a história, podemos iniciar nossa incursão nas memórias que formam a história da comunidade.

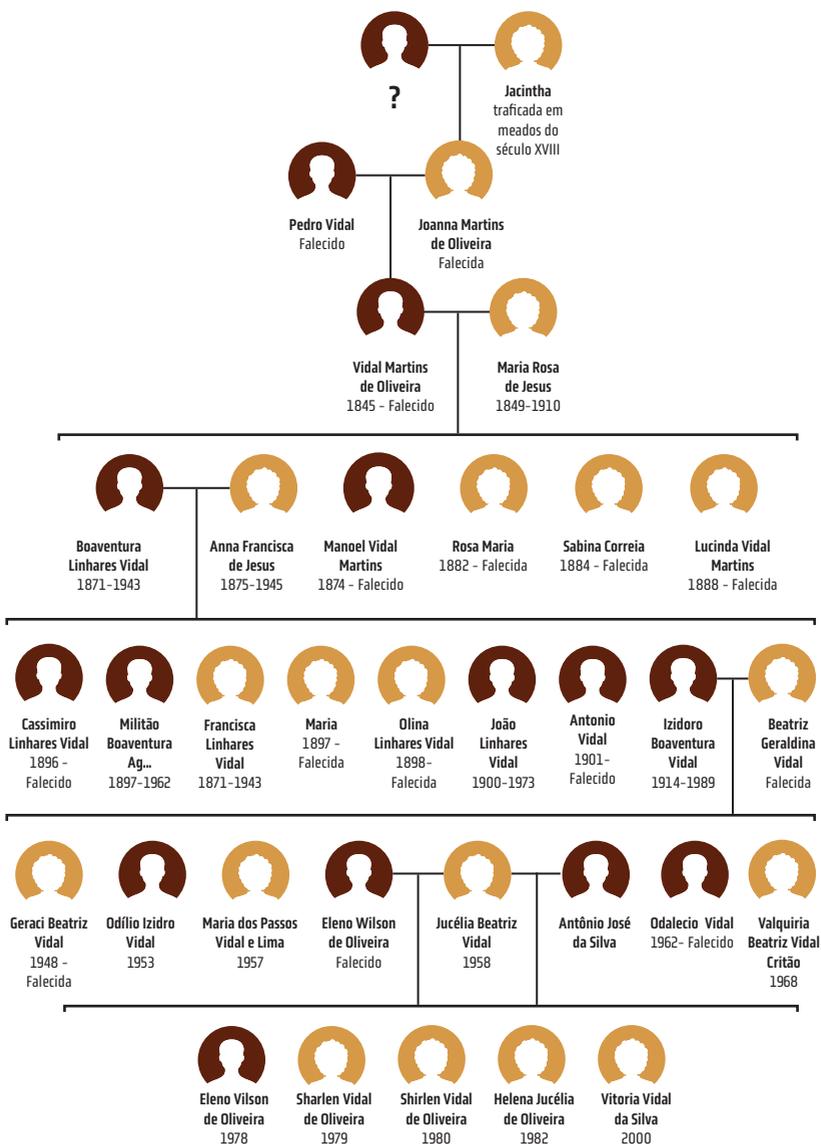


Figura 4 - Árvore genealógica da Família Vidal Martins

Fonte: Dados da pesquisa [2021].

LINHA DO TEMPO

[1750?]

Chegada de navio negreiro na praia dos Ingleses, acredita-se que foi nessa embarcação que chegaram os primeiros antepassados de Vidal Martins



1871

Nascimento de Boaventura, o primeiro filho de Vidal Martins e Maria Rosa



1831

É construída a Capela de São João Batista do Rio Vermelho, no mesmo ano tomou posse como pároco da capela o Reverendo Conego Antônio de Santa Pulcheria Mendes de Oliveira



1867

Morre o padre Antônio de Santa Pulcheria Mendes de Oliveira. Após a morte do padre Joana herda a sua alforria



1855

Morte de Manoel Martins Galego



[1832?]

Possível ano de nascimento de Joana



1845

Nascimento de Vidal Martins



1850

Casamento de Joana com Manoel Fonseca do Espírito Santo. Acredita-se que no mesmo ano Joana passa a servir o Padre Antônio



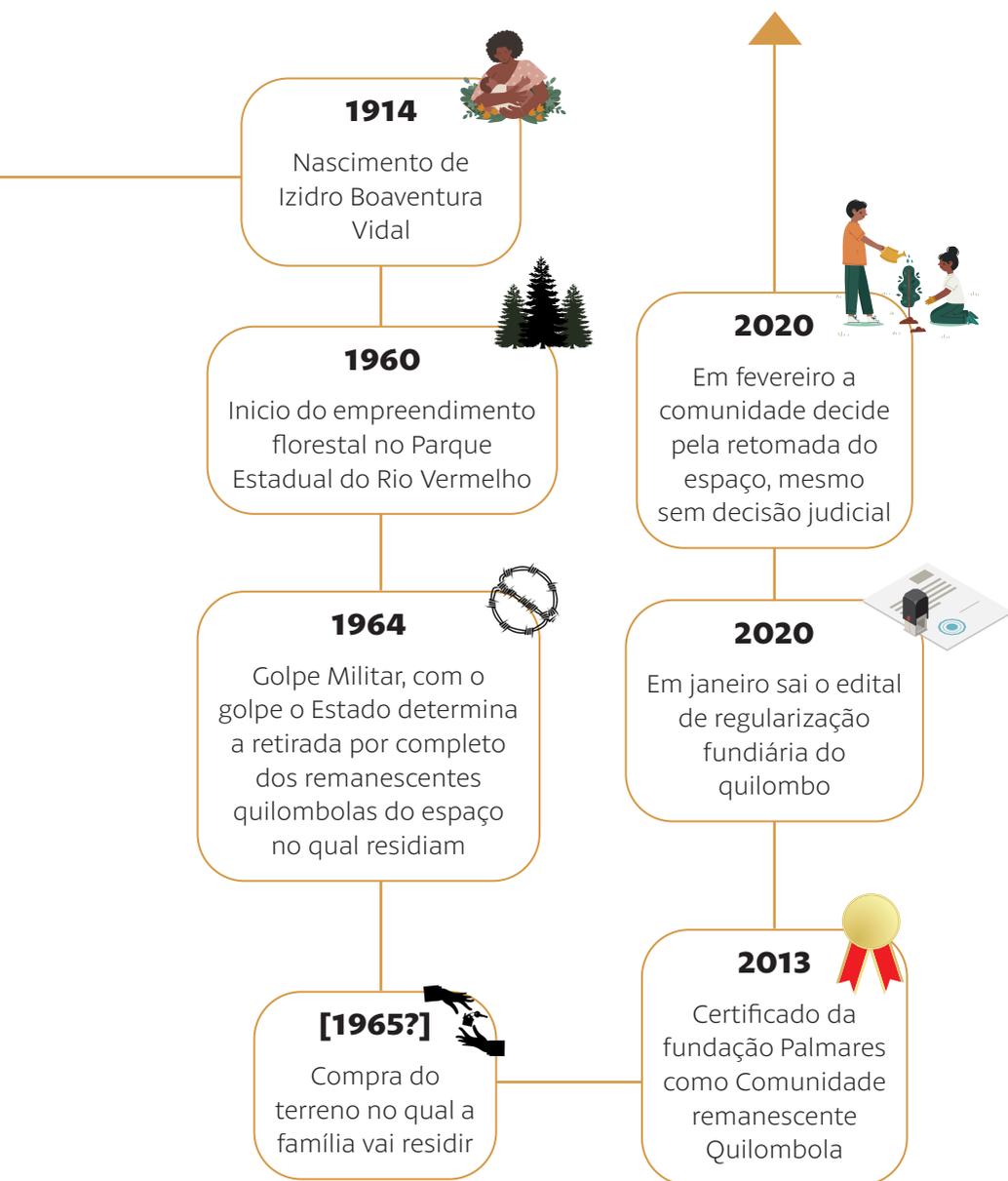


Figura 5 - Linha do tempo com fatos da história

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

4.4 As lutas da comunidade

A comunidade está localizada às margens da rodovia João Gualberto Soares, com acesso à orla da Lagoa da Conceição em um espaço de aproximadamente 900 metros quadrados. Espremidos, no espaço residem mais de trinta famílias, algumas sem condições básicas de saneamento, como banheiros e tratamento de esgoto. As crianças, sem espaço para brincar, já sofreram acidentes de trânsito na rua, devido à proximidade com a rodovia, de trânsito intenso (QUILOMBO VIDAL MARTINS, 2014).

Desde 2013, a comunidade vem lutando por melhores condições de vida, e como pautas dessa luta estão a reivindicação por políticas públicas para a inclusão social, o acesso à saúde de qualidade, à educação, à titulação de terra e moradia digna. Para isso, os integrantes do quilombo organizaram a história da comunidade. História essa que legitima o direito à terra pela qual estão reivindicando (QUILOMBO VIDAL MARTINS, 2014). Dentre as reivindicações, está a titulação das terras que estão sobrepostas no camping do Rio Vermelho.

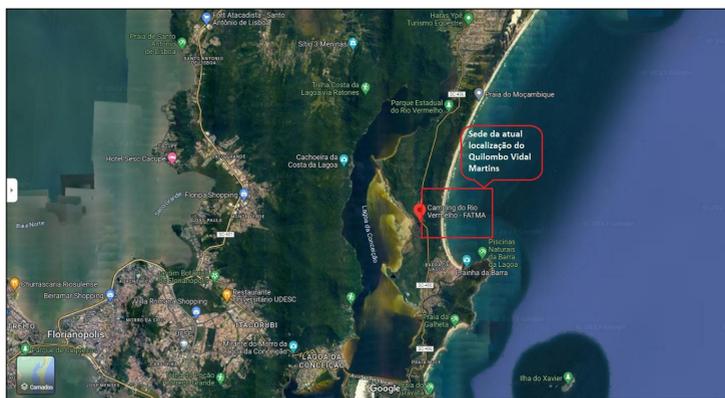


Figura 6 – Localização Vidal Martins dentro do camping do Rio Vermelho

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do Google imagens [2023].

Nesse processo, com comprovação documental, a história do Quilombo vem ganhando uma estrutura sólida e cada vez mais irrefutável de um movimento de resistência que se iniciou no século XVIII com a chegada de um povo escravizado na, então, Desterro, ilha de Santa Catarina.

O Quilombo tem seu nome como homenagem a Vidal Martins em forma de resistência. Nascido em 20 de maio de 1845, nas terras do Rio Vermelho, leste da ilha de Santa Catarina. Sua mãe era Joana, em alguns documentos consta como nome do pai Pedro Vidal. Quando criança, Vidal foi separado da mãe, que foi vendida para Antônio Mendes Pulcheira e Oliveira, o primeiro padre residente na paróquia de São João do Rio Vermelho.

Vidal casou-se com Maria Rosa de Jesus, costureira, e com ela constituiu família. Não se sabe ao certo quando Vidal Martins faleceu, sabe-se que foi depois de 1910, ano em que sua companheira Maria Rosa faleceu, pois Vidal foi testemunha no registro de óbito da companheira.

De acordo com a comunidade, os Vidal Martins herdaram terras dos antigos senhores de engenho que os escravizaram, destinando a eles as terras do entorno do Rio Vermelho, onde atualmente está localizado o Parque estadual do Rio Vermelho e, também, o camping, lugar em que residiram até meados da década de 1960:

Assim como outros quilombolas brasileiros, os familiares de Vidal permaneceram em suas terras até que o governo os expulsou para a construção do Parque Florestal do Rio Vermelho, que sob a justificativa de ter que barrar urgente o avanço de dunas introduziu plantas exóticas (pinus e eucaliptos) que acabaram por praticamente destruir a vegetação nativa nos anos 1960. Após algum tempo, os Vidal Martins conseguiram comprar pequenos terrenos na região, vivendo às margens do território que historicamente lhes pertencia por direito. (BOND, 2019)

A tarefa de reorganizar a história do Quilombo por meio de documentação oficial⁹ foi árdua. Entretanto,

9 Aqui, entende-se por documentação oficial os documentos retirados de cartórios, arquidioceses e outros órgãos municipais como o arquivo público do Estado.

em outubro de 2013, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares. A extensa pesquisa, realizada pelas irmãs Helena e Shirlen Vidal de Oliveira, feita a partir de documentos de cartórios, igrejas e arquivos públicos, sem querer revelou diversos dados históricos importantes sobre a história da escravidão em Florianópolis, história que é invisibilizada/silenciada.

Como na época ainda não existiam cartórios de registro civil, o Arquivo Histórico Eclesial de Santa Catarina, na Cúria Metropolitana de Florianópolis, continha documentos importantes para o Quilombo. Foi lá que encontraram uma cópia da certidão de casamento⁽¹⁰⁾ de Joana (mãe de Vidal Martins) e Manoel Fonseca do Espírito Santo, assinada pelo padre Antônio Pulcheria Mendes e Oliveira (ROSA, 2014), além de encontrarem, também, certidões de batismos de alguns filhos de Joana e as certidões de alguns dos filhos de Vidal e Maria Rosa.

Desde 2013, a comunidade vem lutando para conseguir reaver suas terras de direito. Em fevereiro de 2020, o Incri divulgou o edital de regularização fundiária do Quilombo. O relatório antropológico, com as plantas e memoriais descritivos feitos pela equipe do curso de Agrimensura do IFSC, sob supervisão do setor de Cartografia do Incri/SC, garantiu que o trabalho fosse aprovado por unanimidade pelo Comitê de Decisão Regional da autarquia,

10 Certidão será apresentada na próxima seção.

em 22 de janeiro de 2020. Segundo o relatório, a comunidade possui um território identificado e delimitado com área de 1.014 hectares, sobreposta integralmente ao Parque Estadual do Rio Vermelho (BRASIL, 2020). A imagem a seguir foi retirada do laudo antropológico que define no mapa esses 1.014 hectares.



Figura 7 - Mapa do território reivindicado
Fonte: Quilombo Vidal Martins [2019].

Contudo, o relatório ainda não garante à comunidade a retomada da terra descrita no relatório. Em 15 de fevereiro de 2020, a comunidade retomou o espaço

destinado às terras de sua origem. A área é administrada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), que pede a reintegração de posse enquanto aguarda decisão da justiça sobre o destino do terreno.

O camping estava fechado desde 2018 pelo vencimento do contrato da empresa que o administrava, e para conseguir a autorização, a comunidade na época criou uma Organização Social (OS) para participar da licitação para a administração do camping, porém, foi desclassificada, “O MPF (Ministério Público Federal) considerou a atitude como ‘racismo social’ e entrou com recomendação à Justiça para que a titularidade do parque seja da comunidade, sem passar por esse processo seletivo.” (REDAÇÃO ND, 2020).

Contudo, a luta dos remanescentes quilombolas do Vidal Martins ainda não teve o seu final justo, além de terem que provar sua história por meio judicial e depois de anos ainda não terem o reconhecimento que lhes permite usufruir o que é seu por direito. Infelizmente, o racismo institucional mascarado de justiça novamente reforça que o negro não tem vez de forma alguma.

Nesse entendimento, ainda é possível identificar as mazelas do processo de colonização, firmemente marcada na construção social do Brasil, que urgentemente necessita descolonizar-se para então livrar-se das correntes colonizadoras.

5 QUILOMBO
VIDAL MARTINS
NARRATIVAS
QUE RECUPERAM
MEMÓRIAS E
CONSTROEM
HISTÓRIAS

Como já mencionado anteriormente, é importante mencionar que nessa composição, as narrativas dão enredo para a construção do dossiê, seguidas de uma documentação que as ilustram. Por isso, as transcrições são fiéis às narrativas, respeitando a forma de linguagem e desconsiderando o que pode ser entendido como um “falar errado” ou não estar dentro da norma culta.

Entende-se que a língua é um instrumento social mutável que está de acordo com o social, regional e a cultura do indivíduo, como compreendido, também, pela metodologia de História Oral, além de estar livre de preconceito linguístico.

Assim, nas transcrições, as contribuições externas foram apenas realizadas para facilitar para o leitor, ao que se referem os entrevistados. Essas contribuições estão entre parênteses e em algumas pontuações.

Posto isso, o primeiro quilombo urbano de Florianópolis homenageia o homem que viveu durante um dos comportamentos mais cruéis da humanidade. A escravidão, que no Brasil durou mais de três séculos e nesse período milhares e milhares de vidas e histórias foram roubadas/raptadas, estima-se que ao longo dos mais de 300 anos do período “legal” do regime escravocrata, o Brasil foi um dos mais fervorosos adeptos dessa terrível parte da história mundial:

A escravidão de africanos nas Américas consumiu cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa trágica aventura foi enorme. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40% dos escravos africanos. Aqui, não obstante o uso intensivo da mão-de-obra cativa indígena, foram os africanos e seus descendentes que construíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de Escravidão. [REIS; GOMES, 1996, p. 9].

E, assim, tem-se início a história da comunidade pesquisada. Em meados do século XVIII, os primeiros antepassados de Vidal Martins foram raptados da sua terra natal e forçados a trabalhar em um continente desconhecido. A trajetória da sua chegada está evidenciada nas narrativas:

[...] Eles vieram num navio [...] Ele disse que veio um pai e um filho, e o filho acabou morrendo no meio do caminho, e daí ficou só o pai, venho só o pai para cá e ele conta pra minha mãe que quando os negros morriam ou tavam com alguma doença,

eles jogavam os escravos amarrado numa pedra nos pés deles e jogavam fora do barco e aquele escravo ia lá e se afogava. [...] o meu pai contava que eles vieram lá da África, vieram no navio... venho muitos de lá, mas chegaram aqui em poucos... eles vieram embaixo de um porão, aqueles que ficavam doente eles amarravam uma pedra e jogava no mar, as criancinhas também vinham chorando, passavam fome e passavam sede...

Ao mencionarem a chegada de um pai e filho, que teria falecido durante a viagem, os remanescentes acreditam que estes seriam os primeiros antepassados de Vidal Martins a chegarem em Florianópolis. De acordo com os relatos no diário de campo, teriam esses antepassados chegado por volta do ano de 1750, em um navio que atracou na praia dos Ingleses.

Assim, estariam eles há três gerações no Distrito do Rio Vermelho, antes do nascimento de Jacinta, avó materna de Vidal. Em pesquisa no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, no mapa da população das freguesias, no ano de 1860, no Distrito do Rio Vermelho constava 302 pessoas escravizadas, como consta nas folhas 93 e 98 do Catálogo Seletivo de Escravidão do Arquivo Público. As figuras a seguir são as folhas do catálogo.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Tenho a honra de passar as mãos
de V. Ex.^a os inluzos mappas da
população das freguesias deste
Termo.

Deos Guarde a V. Ex.^a

Cidade do Desterro 26 de Janeiro
de 1860.

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sñr Doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque
Dign.^{mo} Presidente desta Provincia

O Delegado de Policia

João Pinto da Luz

Figura 8 - Carta do Delegado de Polícia ao Presidente da Província mencionando os mapas entre os anos de 1842/1869
Fonte: Secretaria do Estado de Santa Catarina [1993].

Transcrição da carta: Ao Excelentíssimo Senhor.
Tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelência
os inclusos mapas da população das freguesias deste

termo. Deus guarde a Vossa Excelência Cidade do Desterro, 26 de janeiro de 1860. Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque. Digníssimo Presidente desta Província, O Delegado de Polícia, João Pinto da Luz.

Co municado					
Contem o Distrito do Rio Vermelho: fogos 279, habitantes a Sabore					
Homens	Estado	Numero	Mulheres	Estado	Numero
Livres	Solteiros	375	Livres	Solteiras	397
	Casados	179		Casadas	179
	Viuvas	15		Viuvas	48
Somma		569	Somma		624
Liberatos	Solteiros	31	Liberatas	Solteiras	43
	Casados	4		Casadas	4
	Viuvas	"		Viuvas	"
Somma		35	Somma		47
Escravos	Solteiros	164	Escravas	Solteiras	136
	Casados	1		Casadas	1
	Viuvas	"		Viuvas	"
Somma		165	Somma		137
Total		768	Total		808
Luis Antonio da Silva Subdelegado de Policia					

Figura 9 - Mapa do Distrito do Rio Vermelho
Fonte: Secretaria do Estado de Santa Catarina [1993].

Ao serem questionados sobre conhecer a história dos escravos em Santa Catarina, os entrevistados relatam que:

[...] não, eles não contam porque isso não convém, né? Falar de terra né? Quando tu fala de negros, tu simplesmente tu fala de terra, a mesma coisa que nem eu falei se for pegar o livro de terra do Rio Vermelho de vários outros lugares tem terra que é de pessoas que são escravas que eram de descendentes de escravos [...] olha, nós somos descendentes de escravos, né? [...] devido a essa mistura de trocar de ir de um lado pro outro, isso acabou se perdendo porque as pessoas não se encontram mais. Os mais velhos não conseguiram repassar essa história porque um foi morar nesse, no morro tal, o outro foi lá pro Rio Grande do Sul, o outro... Pronto, a história foi, a história não permaneceu mais. Que é diferente da gente, da Invernada dos Negros, do pessoal ali do Valongo, sabe¹¹? De todas as comunidades que ficaram juntas, ouviram as histórias das famílias, não foram embora, foram continuando e onde é que hoje é todo mundo, sabe por quê? A história permaneceu na comunidade...

E nessa resistência constante em fazer das memórias presentes e vivas através da união, percebida nos descendentes, que na história de Jacinta podemos crer vir dela essa força. Jacinta resistiu da maneira que pôde, uma das formas foi a de tentar manter suas filhas unidas, mesmo essas também sendo mulheres escravizadas:

11 A Invernada dos Negros e o Valongo são comunidades quilombolas localizadas em Santa Catarina. A Invernada dos Negros, no município de Campos Novos, e o Valongo, no município de Porto Belo.

[...] Jacinta teve duas filhas e as duas filhas, que eram escravas, casaram na igreja católica, é isso. Naquela época era uma coisa muito, é... tem só três casamentos de escravos na igreja católica aqui. Não tem mais, são só as duas filhas, e ela conseguiu fazer com que essas duas filhas permanecesse juntas de uma certa forma e trazendo sabe? É isso... as filhas dela tu vê um certo contato...

Uma dessas filhas é Joana, mãe de Vidal, mulher negra que igualmente construiu uma história de luta e força em sua trajetória, assim como a mãe. Têm-se dados de que Joana foi escravizada por Manuel Martins Gallego, senhor de engenho.

No período em que servia a Manuel, em 1845, Joana dá à luz a Vidal, acredita-se que aos treze anos de idade. As figuras a seguir são do livro de batismos de escravos, entre os anos de 1832 a 1872, da Arquidiocese de Florianópolis, em que consta a certidão de batismo de Vidal Martins.

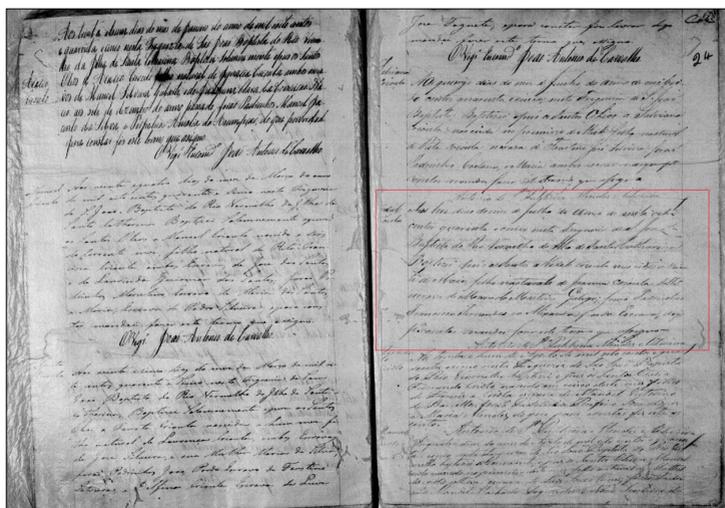


Figura 10 - Página em que consta a certidão de batismo de Vidal Martins

Fonte: SANTA CATARINA (2019b), Disponível no database de imagens FamilySearch.

Na imagem a seguir consta a certidão de batismos de Vidal transcrita pela Arquidiocese de Florianópolis:



Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina

Rua Esteves Junior, 447 - Fone (48) 3224-4799
88015-130 - Florianópolis - Santa Catarina

Certidão de Batismo

Certifico que, revendo os livros de Batismo da paróquia de Rio Vermelho - Florianópolis encontrei no livro 1832 - 1872 Fl 24 um assento com o seguinte teor:

VIDAL - Aos tres dias do mes de Julho do anno de mil oito centos quarenta e cinco nesta Freguesia de S. João Baptista do Rio Vermelho da Ilha de Santa Catharina baptizei e pus os Santos oleos a Vidal, crioulo, nascido a vinte de Maio, filho natural de Joanna, crioula solteira, escrava de Mannoel Martins Galego; forão padrinhos Francisco Fernandes e Alixandra parda Escrava, do que para constar mandei fazer este termo que assigno. Antonio de Santa Pulcheria Mendes e Oliveira.

Era o que continha o dito assento e por ser verdade o afirmo e assino.

Florianópolis, 29 de Julho de 2021


Diac. José Neri de Souza
Secretário



Figura 11 - Transcrição da certidão de Batismo de Vidal Martins
Fonte: Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina [2021].

Joana serviu ao senhor de engenho, acredita-se que até meados dos anos de 1850, quando foi vendida para o

pároco e deputado provincial, o Padre Antônio de Santa Pulcheria Mendes e Oliveira, que foi o primeiro padre da igreja São João Batista do Rio Vermelho. No mesmo ano, ela se casou com Manoel Fonseca do Espírito Santo.

Como era escravizada por um padre, o casamento foi realizado em igreja católica e registrado pelo senhor de Joana, como segue na imagem abaixo, do livro 1 de casamentos da igreja de São João Batista do Rio Vermelho, nos anos de 1832 a 1869, a certidão de casamento de Joana e Manuel.

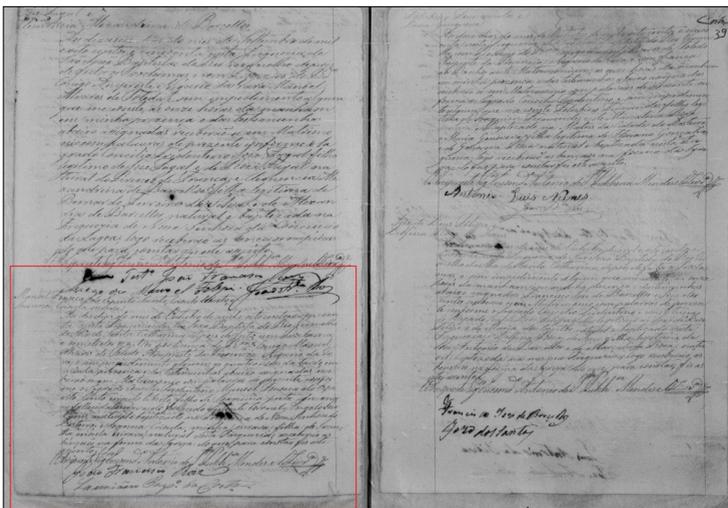


Figura 12 - Página que consta a certidão de casamento de Joana e Manoel

Fonte: Santa Catarina [2019c]. Disponível no database de imagens FamilySearch.

Na imagem a seguir consta a certidão de casamento de Manoel e Joana, transcrita pela Arquidiocese de Florianópolis.



Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina
Rua Esteves Junior, 447 - Fone (48) 3224-4799
88015-130 - Florianópolis - Santa Catarina

Certidão de Casamento

Certifico que, revendo os livros de Casamento da paróquia de Rio Vermelho - Florianópolis encontrei no livro 1832 - 1869 Fl 38V um assento com o seguinte teor:

MANOEL FONSECA DO ESPIRITO SANTO, CRIOULO LIBERTO E JOANNA, CRIOULA ESCRAVA - Aos des dias do mes de Outubro de mil e oito centos e cinquenta, nesta Freguezia de São João Baptista do Rio Vermelho da Ilha de Santa Catharina, depois de feito um Proclama e remetidos os outros por licença do Rmo Conego Manoel Alvares de Toledo, Arcipreste da Provincia e Vigarjo da Vara, e sem impedimento algum; as quatro horas da tarde, em minha presença e das testemunhas abaixo assignadas, receberam-se em Matrimonio com palavras de presente conforme o Sagrado Concilio Tridentino, Manoel Fonseca do Espirito Santo, crioulo liberto, filho de Joaquina, preta africana, já fallecida, escrava do fallecido Tenente Coronel Angelo José Dinis, natural e baptizado na Freguezia de Nossa Senhora do Desterro; e Joanna Crioula, minha escrava, filha de Jacintho, crioula escrava, natural desta Freguezia; receberão as bençãos na forma da Igreja: do que para constar fiz este assento. O Arcipreste Vig.º Encomdº Antonio de Sta Pulcheria Mendes e Oliveira. Test.: João Francisco Rodrigues; Lauriano (...) da Costa.

Era o que continha o dito assento e por ser verdade o afirmo e assino.
Florianópolis, 29 de Julho de 2021


Diác. José Neri de Souza
Secretário



Figura 13 - Transcrição da certidão de casamento de Joana e Manoel

Fonte: Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (2021).

Mesmo casada, Joana ainda “pertencia” ao Padre e assim ficou em situação de pessoa escravizada até a morte dele, no ano de 1867. Nesse período Joana e Manuel tiveram filhos que nasceram na condição de pessoas escravizadas. Essa parte da história toca em memórias muito dolorosas para a comunidade, evidenciadas nas narrativas quando lhes é questionado se Joana teria sido liberta após o seu casamento:

[...] Quando aquele miserável morreu (Padre Antônio) tem até uma notícia no jornal, tá? Lá do Rio de Janeiro, se tu entrar na Biblioteca Nacional, tu vai achar que fala ali que quando o padre morreu, esse Padre Antônio Pulcheria Mendes e Oliveira, ele deixou lá os bens lá para o Hospital de Caridade que ele fazia muita doação para lá... Os escravos libertos, ele deixou que esses escravos morassem numa fazenda dele até que esses escravos vinhesse a morrer, quando esses escravos morresse, essa Fazenda seria leiloada, vendida etc., que é lá na parte de cima que é onde a mãe do Vidal acabou ficando. É, mas ele só liberta eles depois que ele morre. [...] ela (Joana) teve um filho atrás do outro tá? Então toda a vez que ele é fazia o registro desses filhos, batizava. Ele colocava crioula minha escrava, ele colocava Manuel Fonseca do Espírito Santo liberto, que era o esposo dela, e a Joana ele colocava a crioula minha escrava, ele colocava filhos dele (Padre Antônio) e ela minha escrava então estava sempre lá 1851 crioula minha escrava 52 crioula minha

escrava 53... porque ela tinha, né? Um filho trás do outro, daí depois dele morrer, ela fez um filho chamado João que nasceu na capela do padre Jesuíta ali no Mato Grosso que é ali onde hoje é o correio, hoje em dia. Ele nasceu nessa Capela, então ela já tando livre, já dava para ver que ela continuou trabalhando para a igreja católica, de alguma forma, ela continuou trabalhando ali. [...] eles (filhos de Joana e Manuel) eram escravos dele. Eles era porque depois quando alguns tem filhos, eles colocam lá ex-escravo, sabe? E daí tu vê que o senhor realmente era, ela teve só duas que não foram porque ele já tava morto, um deles é esse João, que nasceu nessa Capela, né...

Existe uma mágoa nas falas, em relação ao fato de um “homem de Deus” escravizar uma pessoa:

[...] ancestrais que vieram da África, daí no caminho encontra o quê? A Igreja Católica que isso também já chama a atenção. Pô! tanta gente que é escravo de padre...

A mágoa é percebida na fala de que o padre era tido como um benfeitor ao fazer doações para o Hospital de Caridade, mas escravizava pessoas até a sua morte. Sobre a fala da doação ao Hospital de Caridade mencionada na narrativa,

em vestes pontificias, e assistindo do Illm. Comendador Cônego Secretário do Bispo José Antônio da Silva Chaves, e do Reverendo Conego Antônio de Santa Pulcheria Mendes de Oliveira e do Cônego Areypreste Antonio Joaquim Pereira Malheiros (a transcrição foi fiel a escrita com as regras gramaticais da época).

Joana, ao ser vendida para o padre Antônio, acredita-se que no ano de 1850, foi separada de seu filho Vidal, que estaria na época com 4 ou 5 anos, e como ele também nasceu em condição de pessoa escravizada, permaneceu com “seu senhor”, Manuel Martins Gallego, e não com a mãe.

Mesmo com a separação, novamente é observada a força e resistência das mulheres negras dessa família, Joana mesmo servindo a outra pessoa, mantém a proximidade com o filho que lhe foi separado:

[...] é o fato da Joana ter sido separada do Vidal, ela ter indo para igreja católica que ficava no porto, e mesmo assim ela manteve esse contato sabe? Com ele, porque todos os meio irmão dele, né? Por parte de mãe batizam os filho dele, do Vidal, então tu vê que esse contato ele acabou não morrendo, sabe? É a força dela e em continuar lutando mesmo sendo escrava de padre, é, tu vê muita força na história...

Já conhecemos Jacinta e Joana, mulheres negras que cruelmente foram separadas de seus filhos, e por inúmeras vezes foram separadas da sua própria humanidade, submetidas a uma condição de sub-humanidade. Entretanto, perseveraram mesmo sob as mais difíceis condições em que estavam. Suas histórias são:

[...] De luta, resistência, coragem, trabalho [...] de luta, de resistência, de cuidar da casa, de cuidar dos filhos...

Filho de Joana, neto de Jacinta, Vidal Martins nasce em meio às mesmas circunstâncias perversas da mãe e da avó. Precocemente teve que ser separado da sua mãe, viveu e morreu nas terras de “seu senhor”. Vidal casou-se com Maria Rosa e iniciou sua família.

[...] Vidal Martins era carpinteiro e a sua esposa era costureira, era negra misturado com índio. História da Maria Rosa o que o meu tio conta que o vô falava, que ela era uma costureira de mão cheia, é... que ela ajudava na casa, sabe? Que elas ajudavam a pescar porque minha vó saía cedo, é... para pescar, é... ensinou isso para minha mãe, ensinou isso para minhas tias a pescar, fazer renda de bilro, a fazer roça, sabe?

Tu ver isso na, é... nelas isso tem uma grande importância nas próprias filhas do Vidal que, apesar de terem filhas cedo, tu vê lá na frente, tu vê que os filhos que elas tiveram também estão tendo outros filhos, há uma continuação de... sabe? Da força dessas mulheres e de tudo que elas passaram...

Família que hoje reivindica a sua história. São os filhos de Vidal e Maria Rosa que dão continuidade a essa história, repassando as memórias trazidas por seus antepassados. De acordo com os relatos, o fato da longevidade de Vidal e Maria Rosa são fatores cruciais para a manutenção dessas memórias e, assim, da história.

[...] a questão do Quilombo é... eu não conhecia o Vidal Martins, também não conheci meu bisavô, o Boaventura, que é filho do Vidal, eu conheci o meu avô, né, que é o Izidro, o filho do Boaventura. Então o que eu sei de Boaventura e Maria Rosa Jacinta Joana, enfim... todos, né? Foi contada para mim, né, através da minha mãe, do meu avô. E meu vô conviveu com eles, então foi contado através, é... do meu avô e passou um pouco para gente e depois que ele passou, mais foi a minha mãe mesmo e os meus tios, né? que continuaram vivos e conseguindo passar... É... A história do Quilombo Vidal Martins ela foi... ela ficou na verdade é registrada devido a essa fala dos mais velhos, essa lembrança de não deixar morrer aquilo que os ancestrais, né?

Contaram, a gente sempre dizia e é um ditado que a gente fala até hoje, né? Apesar de já ver televisão para nós, a gente fala que quem não tem televisão conta uma história, eu não tinha televisão em casa, então a gente ouvia muito, né, as histórias do meu avô é... a gente sempre ouvia do meu vô que os ancestrais dele... [...] O que eu vejo com isso tudo? Eu vejo que essa lembrança dele... a convivência dele com o Vidal, sabe? com os próprios irmãos isso acabou fazendo com que essa história da comunidade ela não vinhesse se perder porque ela passou para nós, passou para minha mãe e continua até nos dias atuais. Mas o mais importante foi o fato do Vidal Martins, da Maria Rosa, de eles terem morrido muito velhinhos e quando o... e o pai do meu vô também porque o pai no meu vô morreu em 1943, ele morreu com 95 anos e a Maria Rosa morreu com 93 anos, então por eles ter vivido muito tempo e ter passado, né? Ter convivido uma boa parte do tempo com os filhos e os netos, essa informação ela conseguiu ser aproveitada bastante porque o meu vô tinha trinta e poucos anos quando o pai dele morreu e quando o meu vô morreu a mesma coisa, a minha mãe estava com trinta e poucos anos, então foi muita informação[...]

Na pesquisa documental, foram encontradas as certidões de batismo de quatro filhos de Vidal e Maria Rosa, que seguem nas figuras a seguir:

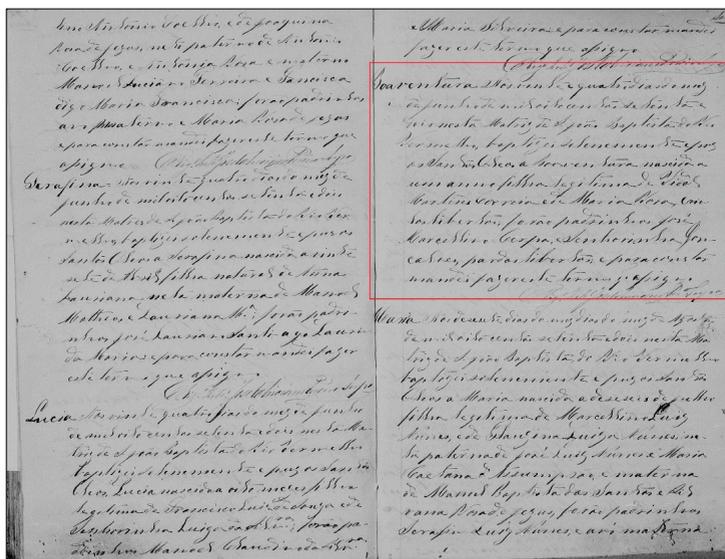


Figura 15 - Página da certidão de batismo de Boaventura Vidal Martins

Fonte: Santa Catarina [2020a]. Disponível no database de imagens FamilySearch.

Transcrição: Certidão de batismo de Boaventura Vidal Martins, registrada em 24 de julho de 1872, na igreja de São João Batista do Rio Vermelho, nascido há uma semana, filho legítimo de Vidal Martins Correia e Maria Rosa de Jesus, padrinho José Marcelino Correia e nome da Madrinha incompreensível, pardos livres. Assinatura do Padre incompreensível.

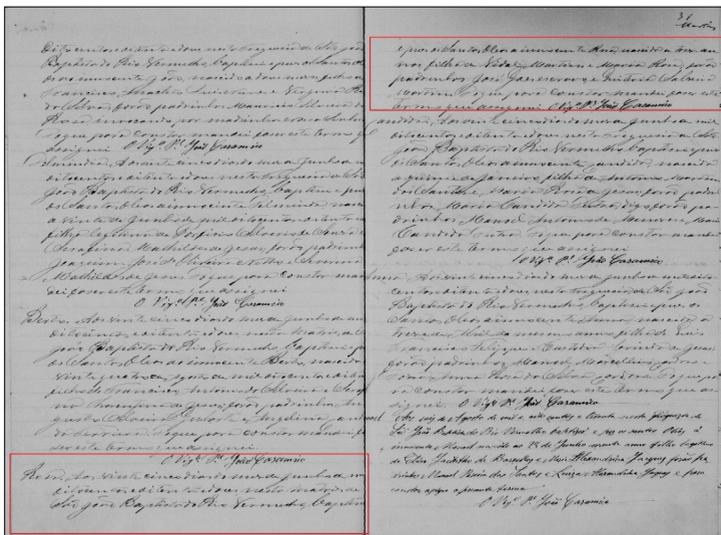


Figura 16 - Página da certidão de batismo de Rosa Maria
Fonte: Santa Catarina [2019a]. Disponível no database de imagens FamilySearch.

Transcrição: Certidão de batismo de Rosa Maria, no dia 25 de junho do ano de 1882, na igreja de São João Batista do Rio Vermelho, filha legítima de Vidal Martins e Maria Rosa de Jesus, e como padrinho José Goes escravo e Quitéria Sabina Martins. Assinatura do Padre incompreensível.

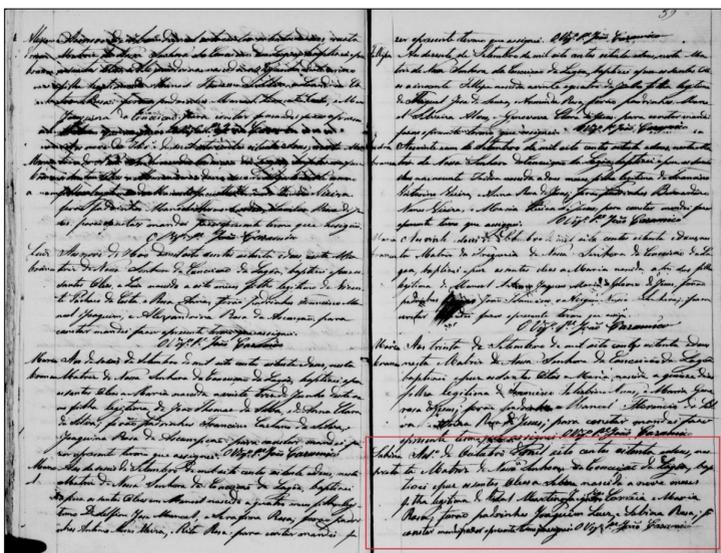


Figura 18 – Página da certidão de batismo de Sabina Correia
Fonte: Santa Catarina [2020b]. Disponível no database de imagens FamilySearch.

Transcrição: Certidão de batismo de Sabina Correia, nessa certidão o nome de Sabina segue da palavra preta, diferente das outras, ela foi registrada na igreja matriz da Nossa senhora da conceição na Lagoa, no dia primeiro de outubro do ano de 1884, nascida há nove meses, é filha legítima de Vidal Martins Correia e Maria Rosa de Jesus, tendo como padrinhos Joaquim Luiz e Sabina Rosa, assinado pelo Vigário nome e sobrenome incompreensível.

E, assim, através dos filhos, netos, bisnetos, trinotos e agora com os tataranetos, ou seja, os descendentes de Vidal e Maria Rosa, as memórias dessa comunidade

não foram esquecidas. Manuel Martins Gallego, senhor de Vidal Martins, faleceu e passou a posse das pessoas que ele escravizava para seus filhos, Marcelino Martins Correia e Florentino Martins Corrêa, de acordo com os relatos, seus últimos senhores não tiveram filhos e, por sua vez, ao falecerem, suas terras foram repassadas para as pessoas escravizadas que ali moravam:

[...] O Gallego dividiu as terras ali para cada. E dois irmãos ficaram com as mesmas terras e daí esses dois irmãos... um era Senhor do Vidal que antes era escravo do... do Gallego e depois que o pai morre é que os filhos passam a ser donos dos escravos dele... [...] automaticamente (quando os filhos de Gallego morrem), eles ficaram, né, morando (nas terras de Gallego), tanto que quando o Estado veio, eles falavam que, né, não tinha, né, “Ah, os mais velhos já morreram então, né? Você não tem mais direito à terra” que era o meu vô, ou seja, os escravos já morreram e como os escravos morreram vocês já não tem mais direito dessas terras.

Na figura a seguir, consta a certidão de óbito de Manoel Martins Gallego, falecido no ano de 1855.

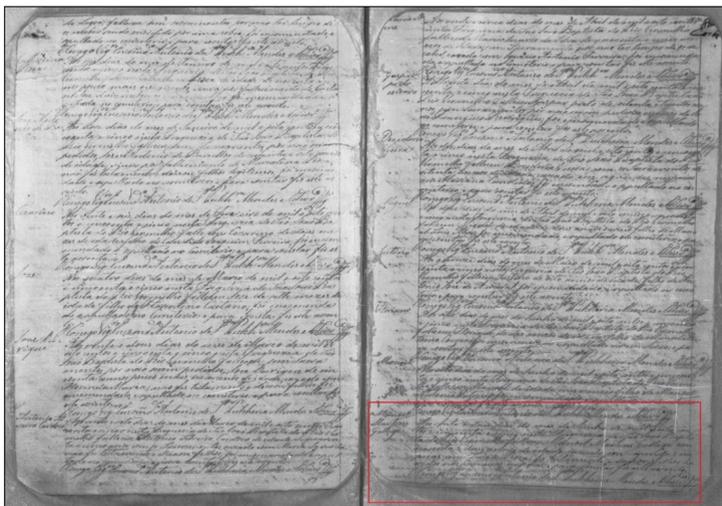


Figura 19 - Página da certidão de óbito de Manoel Martins Gallego

Fonte: Santa Catarina [2019d]. Disponível no database de imagens *FamilySearch*.

Transcrição: Certidão de óbito de Manoel Martins Gallego, aos vinte dois dias do mês de dezembro do ano de 1855, foi registrado nesta arquidiocese da paróquia de São João Baptista do Rio Vermelho, o falecimento de Manoel Martins Gallego, com noventa e dois anos de idade (incompreensível). Luiza Roza testemunha e deixou os filhos (incompreensível). Conego Antônio de Santa Pulcheria Mendes de Oliveira.

Passados os anos, a história da família Vidal agora ganha outros enredos além do de pessoas escravizadas. Doravante, a família passa a lutar pelo direito à moradia. Nesse instante, a presente pesquisa segue os relatos dos descendentes de Boaventura Vidal Martins. Boaventura era filho de Vidal e Maria Rosa e foi pai de Izidro Boaventura Vidal, o senhor Izidro, pode-se dizer que foi o responsável por hoje conhecermos essa história. São as memórias e lembranças relatadas pelo Seu Izidro que estão nas narrativas dos nossos entrevistados, que puderam conviver com ele.

Era um ritual, as memórias eram repassadas nos momentos em conjunto da família, as vezes na mesa durante as refeições ou ao redor de uma fogueira, a tradição de contar histórias foi repassada de pai para filho, que fez questão de não a deixar sucumbir ao esquecimento:

[...] Quando nós era pequeno, ele (Izidro) contava essas histórias para nós em casa, ele fazia uma fogueira assim no chão, ficava eu ficava, os meus irmãos, aí nós ficava ali esquentando fogo porque a nossa casa era de Barro de estuque. Nós ficava ali esquentando Fogo porque a nossa casa era muito frio, aí ele começava a contar história pra nós, assava milho, assava siri, assava camarão ali, nós ficava comendo e ele ficava contando a história para nós, o meu pai. [...] o meu vô (Izidro) é assim ó, eles sempre compravam para o meu vô é... uma bolacha salgada

e daí ele tomava todo dia, ele tomava um limão na cachaça e botava um açúcar ali. Então era uma briga por causa da bolacha e do açúcar porque não tinha que comer e a gente sabia que o vô tinha bolacha e bem no fim ele dava tudo para os netos, tá? Daí a gente se reunia na cadeira dele, e ficava ali sondando para ver se ganhava, para mãe não ver, para ninguém ver, né? Nem para as tias ver, e ele pegava e dava. E conversava. E depois, sim, depois que a gente cresceu era em casa mesmo não tinha televisão não tinha nada a mãe começava a contar, o tio Odílio começava a contar, né? As histórias dos antigos da mulher que era que era... como é?... que trabalhava com o padre e tal...[...] é importante porque foi a história de uma luta e se não fosse os mais velhos contar para nós essa história dentro do Rio Vermelho e dentro de Santa Catarina, era apagada e o nosso pai contava para nós.

As histórias de Seu Izidro sempre iam ao encontro da questão das terras em que seu avô e seu pai morreram e que ele viveu e depois teve que sair, devido a uma retirada que para a família foi muito violenta e injusta. Dona Jucélia e Seu Odílio, ambos filhos de Izidro, trazem na memória as lembranças de serem retirados das terras em que viveram seus antepassados. Talvez a inconformação de Izidro com a retirada das terras seja o principal, ou um dos fatos de hoje as memórias serem tão revividas e mantidas para a posteridade.

Todavia, o que nos importa saber é que as terras que hoje estão em processo para a transposição de posse definitiva da comunidade são de grande importância para o que hoje conhecemos sobre Vidal Martins. E de certo ponto, um pouco da história de pessoas negras que foram escravizadas em Florianópolis, por sua vez, faz parte da história de todo um período que em inúmeras vezes tentaram apagar ou silenciar.

[...] O quilombo para mim é uma casa, é uma família e é resistência porque nós estamos aqui para cultivar a cultura que os meus antepassados moraram aqui e aqui eles cultivavam a cultura. Aqui tem sangue derramado dos meus antepassados, tem umbigo deles enterrado, então isso aqui é nosso por direito, que já foi estudo tudo feito e é nosso por direito.

É uma história de resistência, de resistência da cultura, resistência da sua própria história e resistência a uma conjuntura estrutural de violências vividas por todo um grupo. Entre as violências estão a violência patrimonial; violência física; violência mental, entre outras. Nem o direito constituinte eles podiam exercer sem que fossem violentamente expostos a essa estrutura de uma sociedade racista e violenta:

[...] é, o pessoal vinha pegar ele (Izidro) para votar em casa, em cima de um cavalo, e ele ia na frente porque ele tinha que votar para o partido que eles dissessem que tinha que votar¹³).

Izidro contou a sua história e ela foi gravada na memória de seus filhos e netos, que hoje contam para todos que queiram ouvir. Na imagem a seguir, estão Dona Jucélia e Seu Odílio, filhos de Izidro, e atualmente os remanescentes mais velhos vivos da comunidade são eles, os atuais Griôs da comunidade.



Figura 20 – Dona Jucélia e seu Odílio
Fonte: Quilombo Vidal Martins (2019).

13 Prática conhecida como o Voto de Cabresto. “Era usado o voto de cabresto, onde o coronel (fazendeiro) obrigava e usava até mesmo de violência para que os eleitores de seu “curral eleitoral” votassem nos candidatos apoiados por ele.” (ROCHA, 2012, p.50).

Portanto, a luta pelas terras vai além de um espaço físico, ela representa, também, aqueles que dela fizeram sua morada e todo um conjunto de lembranças e memórias que configuram essa história. Dessa maneira, essas terras são “o lugar de memória dos Vidal Martins”.

Assim como o voto forçado, vivido por Izidro, forçada também foi a retirada da comunidade do espaço em que residiam. A retirada dos remanescentes quilombolas, de acordo com as narrativas, ocorreu em dois períodos.

[...] Foi na época da Ditadura Militar e o Henrique Berenhauser que ajudou a tirar nós aqui das nossas terras, mentindo que ia plantar Pinus, que esses pinos também ia servir para nós. [...] eu sou Jucélia Beatriz Vidal, sou doméstica, tive cinco filhos, sustentei meus cinco filhos nas forças dos meus braços, pegando siri na praia, pegando siri na lagoa, pegando maçambic, pegando linguaruda para dar o sustento para os meus filhos, aí quando o Henrique Berenhauser veio para cá que botou uma cerca ali no portão nós não podemos mais ir na lagoa pegar um siri, ninguém pode mais ir na lagoa pegar um camarão, nós só ia na praia. [...] Então é na verdade foi no Rio Vermelho todo, né? Foi o golpe da reforma agrária, então eles passaram no Rio Vermelho todo a população do Rio Vermelho que tinha terreno que dava até os cômodos ali da praia perdeu porque eles falaram que “eu quero para uma melhoria”, que era para plantar os pinos e que depois a população iria, né? Através desses pinos iria receber

recursos e tal que serviria para madeira para conter as duas. Na verdade, eles fizeram de várias formas e daí as pessoas brancas que tinha seus títulos de terra ficavam com as terras né? Mesmo que recebendo também foram golpeados também porque uma parte eles não receberam no caso do meu avô como ele não tinha o título de terra no nome dele tava no nome dos senhores, o Estado não considerou, não foi visto como terra deles e daí tiveram que sair. A minha tia avó é que é a Otília, ficou com um pedaço aqui do lado do parque e o meu avô pegou e viajou para o Rio Grande, ficou um tempão fora, voltou juntou dinheiro, né? A família ficou aqui e comprou um espaço que tá lá em cima, mas foi um... é porque não consideraram, não quiseram nem saber “não tá no teu nome, os escravos já morreram mais velho, né? Já morreram, vocês não têm direito”.

A expropriação da comunidade quilombola teve início na década de 1960, quando o engenheiro florestal Henrique Berenhauer começa uma empreitada florestal na região que hoje é o espaço destinado ao Parque estadual do Rio Vermelho e ao camping. Com a tentativa de conter o crescimento das dunas na região, Berenhauer monta um reflorestamento com o plantio de mudas de pinus e eucaliptos, que modificam completamente a flora e a fauna da região. Contudo, o plantio cresceu de forma desordenada, matando espécies naturais da região.

A empreitada foi muito comemorada pelo poder público da época, como visto na nota do jornal O Estado, na edição de 1964⁽¹⁴⁾:

A permissão do engenheiro Serafin Hertrich na cidade de Piéto Alegre resultou no acerto dos detalhes finais para a compra de troncos, que se destinam à obra da Secretaria de Estado do Negócio, nas áreas de floresta nativa estradas na vasta região do antigo Capião.

Secretário da Segurança Pública esteve em Criciúma

O Sr. Cel. Antônio de Oliveira, Secretário de Segurança Pública, esteve em Criciúma, no dia 15 de maio, para tratar dos assuntos referentes ao concurso de títulos para o cargo de Inspetor de Polícia. O Sr. Cel. esteve acompanhado pelo Sr. Cel. João de Deus, Secretário de Polícia, e pelo Sr. Cel. João de Deus, Secretário de Polícia.

A Secretaria da Agricultura e do SUCAB

A Secretaria da Agricultura e do SUCAB, no dia 15 de maio, esteve em Criciúma, para tratar dos assuntos referentes ao concurso de títulos para o cargo de Inspetor de Polícia.

Concurso de Títulos

O Concurso de Títulos para o cargo de Inspetor de Polícia, realizado em Criciúma, no dia 15 de maio, teve como resultado a aprovação de 10 candidatos.

Apresentação da Associação Coral de Florianópolis

A Associação Coral de Florianópolis, no dia 15 de maio, apresentou um espetáculo musical em Criciúma.

Ensinio e Governo

O Ensino e o Governo, no dia 15 de maio, tiveram uma reunião em Criciúma.

Estrela hoje Ricardo Bandeira com a peça "O melhor é rir"

Estrela hoje Ricardo Bandeira com a peça "O melhor é rir", no Teatro Aberto de Criciúma.

Busca por

Busca por informações sobre o concurso de títulos para o cargo de Inspetor de Polícia.

Florianópolis, 15 de maio de 1964.

O ESTADO

1964 - 15 de maio de 1964

Nova Diretoria da Associação Rural

Associação Rural de Criciúma, no dia 15 de maio, teve uma reunião em Criciúma.

Ecos das Comemorações do Dia das Mães em Florianópolis

Comemorações do Dia das Mães em Florianópolis, no dia 15 de maio.

Favorece a prorrogação do Mandato do Presidente

Favorece a prorrogação do Mandato do Presidente, no dia 15 de maio.

Inquirições serão reexaminadas

Inquirições serão reexaminadas, no dia 15 de maio.

Dispensa de funcionário da SUPRA Frechando

Dispensa de funcionário da SUPRA Frechando, no dia 15 de maio.

Diz o Padre Botânico: "Este é o Milagre"

Florianópolis, 15 de maio. - O padre botânico, Sr. João de Deus, diz que este é o milagre da natureza. O padre botânico, Sr. João de Deus, diz que este é o milagre da natureza.

FEEC Concede Gerador para Campo Belo do Sul

FEEC Concede Gerador para Campo Belo do Sul, no dia 15 de maio.

Favorece a prorrogação do Mandato do Presidente

Favorece a prorrogação do Mandato do Presidente, no dia 15 de maio.

Inquirições serão reexaminadas

Inquirições serão reexaminadas, no dia 15 de maio.

Dispensa de funcionário da SUPRA Frechando

Dispensa de funcionário da SUPRA Frechando, no dia 15 de maio.

Busca por

Busca por informações sobre o concurso de títulos para o cargo de Inspetor de Polícia.

Estrela hoje Ricardo Bandeira com a peça "O melhor é rir"

Estrela hoje Ricardo Bandeira com a peça "O melhor é rir", no Teatro Aberto de Criciúma.

Florianópolis, 15 de maio de 1964.

Figura 21 - Nota do Jornal O Estado falando da Empreitada Florestal de Berenhauer
Fonte: O Estado (1964). Disponível na Hemeroteca Digital Catarinense.

14 Disponível na hemeroteca digital de Santa Catarina: <http://hemeroteca.ciacsc.gov.br/oestadoofop-1964/EST196414931.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

A nota trata da visita do padre Raulino Reitz, biólogo, à estação florestal do Rio Vermelho, em que escreve uma carta ao então presidente da associação rural de Florianópolis, o engenheiro florestal Henrique Berenhauser. A carta vem elogiar Henrique Berenhauser pela execução do plano de reflorestar e florestar a extensa área de 8km que fica entre a Lagoa da Conceição e o oceano. Além disso, o padre também elogia a forma como o engenheiro florestal vem fazendo esse trabalho e sua repercussão no Rio Grande do Sul.

E nesse processo os moradores vão sendo realocados, alguns são espremidos em poucos espaços, e alguns membros da família mudam-se para outras regiões, como a Costa da Lagoa.

Através da exploração de alto contingente de mão de obra e maquinaria pesada, com cercamento de extensas áreas, foi sendo criado o ambiente que daria origem à perfeição geométrica da “floresta” pura idealizada, “remissão da população local” e recuperação do “ecossistema original” (ver Capítulo I, p. 21), conforme as palavras de Berenhauser que foram analisadas na primeira parte do capítulo. Vegetação nativa foi desmatada para dar lugar às espécies de pínus. Cursos d’água foram canalizados em linhas retas, valas foram escavadas para ressecar o solo para plantio. Dunas foram “niveladas”, áreas

pantanosas foram aterradas, caminhos e lugares deixaram de existir na paisagem. Cercas foram erguidas, os habitantes da região foram retirados e proibidos de realizar atividades ali para dar lugar à Estação. Para assegurar o sucesso do “reflorestamento”, proibiu-se ali toda forma de uso direto da terra, tais como o extrativismo, a agricultura itinerante, a caça. Enfim, proibiu-se e tentou-se impedir a continuidade e a proliferação de modos de vida singulares, que não levam em conta a separação entre “espaços de natureza” e “espaços de cultura”, de toda uma socialidade que necessariamente está ligada àquele ambiente. Ou seja, a paisagem que até então fazia parte das relações sociais dos Vidal Martins lhes foi negada pelo Estado, como parte de um procedimento de recuperação de uma pureza natural de uma suposta floresta original. Mas que “origem” é esta? Que floresta é esta que se quer recuperar? E como os procedimentos empreendidos com este objetivo poderiam levar a este retorno quase edênico à suposta pureza? [VALDEZ, 2017, p. 33].

Após o processo de reflorestamento, um fato importante de âmbito nacional culminou para a saída definitiva da família Vidal Martins do espaço em que residiam, a Ditadura Militar, que teve início em 1964. O golpe foi

derradeiro na retirada da família do espaço. Sem opção de poder continuar nas terras em que seus antepassados trabalharam, Izidro passa a trabalhar em vários lugares para juntar dinheiro e comprar um pedaço de terra para a sua família.

Casado com Beatriz Geraldina Vidal, Izidro sai em busca de trabalho em lugares distantes e chega a ficar por muito tempo sem voltar para casa, trabalhando como pescador no Rio Grande do Sul. De acordo com trechos do diário de campo, ao retornar para casa, os filhos de Izidro não abrem a porta porque desconhecem aquele estranho. Seu Izidro, depois de muito trabalho, consegue juntar dinheiro para comprar um espaço de aproximadamente 900m que fica dentro das terras das qual eles foram expulsos, muito próximo do Parque do Rio Vermelho, localizado na Rodovia João Gualberto Soares no Bairro Rio Vermelho. E é nesse espaço que sua família reside até os dias atuais.

[...] que o vô perdeu a terra na época do golpe militar ficaram sem nada, o vô teve que viajar para o Rio Grande para continuar aqui porque não queria ir embora, porque foi aqui que os ancestrais dele morreram...

No período em que estive fora trabalhando, a responsável pela criação dos filhos e conservação da casa foi Beatriz Geraldina Vidal, ela sozinha teve que garantir a segurança e união da família, e novamente percebemos a força das mulheres nas memórias da comunidade.

[...] o meu vô (Izidro) foi pro o Rio Grande, a minha vó (Beatriz) teve que ficar aqui com todos os filhos, teve que alimentar eles, teve que cuidar deles [...] Elas (as mulheres Vidal) tiveram que levar a casa, elas tiveram que dá essa continuidade. Então, de ver isso delas é... essa luta delas, essa garra delas, nós começamos da mesma forma. Muitas das vezes as pessoas falam “Ah, mas vocês falam alto. A fala de você ser forte”. Nós somos mulheres negras, nós somos daquele tipo de mulher que as pessoas falam, nós já estamos analisando. Porque a gente já sabe que ali não vem coisa boa... [...] A vó (Beatriz) não, a avó rasgava título de eleitor, a vó já deu surra em delegado, a vó. Meu Deus, a Vó já fez coisas do arco da velha é porque a vó, ela tinha essas duas coisas, ela era Negra, mas também ela tinha mistura com branco, ela não se dobrava, ela era ruim, a vó, ela era ruim e as mulheres da família da vó eram ruim.

Na fala em que a entrevistada compara as mulheres da família como “as mulheres da família da vó eram ruim”, por muito tempo ouvimos isso, de que a mulher que não

se curva aos caprichos de uma sociedade patriarcal e machista deve ter algum problema ou simplesmente ser uma “mulher ruim” como no relato. Entretanto, a entrevistada se utiliza desse adjetivo não de forma pejorativa e, sim, como uma característica de força.

A força do matriarcado dessa família, que é peça fundamental na consolidação do que é ser um remanescente quilombola e descendente de pessoas que já foram escravizadas, vem de Jacinta, Joana, Maria Rosa, Jucélia, Shirlen, Helena e de todas as outras mulheres do quilombo. Na imagem a seguir estão algumas dessas mulheres. Dona Jucélia, a matriarca da família e as irmãs Helena e Shirlen, atuais representantes da comunidade e responsáveis pelo processo de busca por documentações referentes à comunidade.



Figura 22 - Helena, Dona Jucélia e Shirlen
Fonte: Bastos (2015), foto tirada por Guto Kuerten.

É a força da mulher que sai cedo para o trabalho, às vezes sai quando é noite e retorna quando é noite, para o sustento dos filhos. Que trabalha na roça, na pescaria e ainda tem toda a delicadeza de produzir lindas peças como na renda de Bilro e na arte de trançar. São essas mulheres que estão lutando pela história e pelos direitos da comunidade.

Depois de conversas e lágrimas, voltamos para a casa da avó Jucélia, que nos esperava na porta da sua casa e me convida para entrar: “Venha, entra aqui.

Eu nunca deixo ninguém entrar na minha casa, é muito pequena e apertada, mas fiquei de olho em ti a tarde toda, e vi que és da nossa gente. Quero te mostrar a minha arte.” E ela me mostra sua renda de bilro, um pássaro azul. E eu, tomada pela emoção só sabia agradecer por tudo que tinha vivido. Ela pega em minhas mãos e diz: “quando você voltar, no tempo que for, vou pegar nas tuas mãos e te ensinar a renda de bilro” (SANTOS, 2020, p. 124).

A presença da força está na criação dos filhos, que desde cedo tiveram que conviver com brutalidades como o preconceito racial, esse vindo por vezes de quem deveria ser um exemplo para a formação humana, e em outras vezes da comunidade branca do bairro. Nas falas, as memórias de ser um remanescente quilombola levou os entrevistados a recordarem o período escolar em que conviveram com o preconceito e com a desinformação e o estigma do que foi o período de escravidão no Brasil:

[...] sabe? Toda a nossa história passando fome, todo o nosso histórico na escola dos professores, né? Não quererem chegar perto da gente. Da gente chegar morrendo de fome, suado, sabe? Disso tudo é... Acaba dentro de nós acabamos usando uma certa revolta do pessoal do Rio Vermelho, os meninos não se interessaram por nós porque nós era negra, nós era pobre e

na escola a gente só ser escolhido na educação física. Tirando educação física, nós não tínhamos serventia para mais nada... [...] o meu irmão sempre dizia quando tinha aula de história a gente nem ia porque eles falavam da escravidão e meu irmão disse assim ó! “Meu Deus, eles falam dos escravos como se os escravos ficaram sendo escravos porque eles queriam”, sabe? E essa... essas aulas, a gente se até faltava a gente não gostava de ir se pudesse dizer assim “ah, vamos matar essa aula”, a gente matava ela mesmo... [...] se tu for analisar, até alguns anos atrás podiam chamar a nós de “macaca “Ah, seus macacos. Ah, suas preta fedida. Ah, sua não sei o que”, poderiam chamar nós. Dos nossos filhos no caso do meu filho para cá que não pode mais tanto que ele nunca passou por essa situação na escola...

E é sob essa ótica que também chega até eles a percepção da branquitude no Estado. Na compreensão de que as suas características físicas não correspondem ao que é idealizado para um estado no sul do país, em que:

[...] Pensa bem, é, muitos anos atrás, uma pessoa negra para soltar o cabelo, ela não fazia isso... Todo mundo, hoje tu vê aqueles blacks enorme porque alguém fez, alguém lutou, alguém levantou a bandeira e o fato da comunidade quilombola ter toda essa visibilidade (não compreendido), quase todo mundo vê Florianópolis como lugar de Xuxa, Gustavo Kuerten e vários e vários...

As mazelas são inúmeras, mas elas não contiveram os descendentes a uma condição de conformação:

[...] lá tem uma comunidade... Lá em Florianópolis, que é escrava de padre tá lutando pelo seu território, lá são mulheres, são crianças. Retomaram as terras, sabe? Foram e retomaram... [...] Eu acho que o incentivo vem disso, de tu não tem vergonha de dizer que tu é descendente de escravo porque antes isso era motivo pra se envergonhar... “ah, eu vou dizer que sou descendente de escravos...” (não compreendido) a gente, não. A gente tem orgulho pela luta deles, a gente tem orgulho pelo todo exposto que o meu avô fez de, né?... querer morrer aqui... [...] e a terra que o vô perdeu, como que fica? que ele ficou super triste, dizia que um dia nós iríamos, né, conquistar essa terra, que ele não iria ver, mais nós viríamos, né? E como é que fica?

E nesse contexto, seguido da perda de um ente familiar que morreu em busca de terras para reunir a família, desde 2013, as irmãs Shirlen e Helena, filhas de Dona Jucélia, trinetas de Vidal e Maria Rosa, estão lutando pela titulação de posse das terras na qual seus antepassados viveram. O processo em busca da titulação das terras foi um verdadeiro trabalho de detetive realizado pelas irmãs, elas partiram apenas com as informações advindas das memórias do avô, mãe e tios. Desse ponto em diante,

as duas garimparam em toda Florianópolis dados que comprovassem as memórias dos seus antepassados.

[...] daí um dia eu e a Helena estávamos conversando, assim, que ele¹⁵ (pai da Ellen, filha de Helena) morreu e tal... a gente pensou: pô! Nós moramos num espaço tão pequeno, nós temos os nossos filhos, daqui amanhã os nossos filhos vão sair daqui para tentar buscar um local onde seja grande e vai que acontece com eles tudo o que aconteceu com o pai da Ellen, a gente pensou: pô! O vô tem tanta terra, porque a gente já sabia da história do Parque que eles tinham morado aqui que eles tinham convivido aqui, daí a gente já sabia. Daí a gente pensou: pô! mas prescreveu, né? Faz tantos anos que prescreveu. Será que não tem nada? Daí a gente começou, né? A Helena começou a busca nos cartórios e eu comecei pela questão da documentação. E daí um dia a Helena conversando com o cara chamado Marco, ele falou dos quilombos, falou das comunidades quilombolas, “ah, os negros estão, né, reivindicando suas terras”, ela perguntou o que era ... dai ela foi lá no Irasque (antigo instituto da reforma agrária de Santa Catarina)... lá próximo o Incra tem o Irasque lá. E ela foi pegar os documentos do vô, ela encontrou um tal de Marcos Rodrigues e ele falou dos quilombos e mandou ela pro Incra. Chegou lá no Incra, ela falou com o Marcelo, que é

15 O ex-companheiro de Helena, pai de sua filha, foi encontrado morto em causas desconhecidas, ele estava trabalhando para trazer a sua família de Minas Gerais para viverem todos juntos, ele buscava pela união da sua família, mas, infelizmente, não concretizou esse desejo.

o antropólogo, ela falou com o Japa, o Marcelo que começou a explicar né? E o Marcelo fez uma visita até a comunidade e começou a explicar para gente, daí a gente pegou e falou do quilombo, né? O que a gente é compartilhamos.... que o vô perdeu a terra na época do golpe militar, ficaram sem nada, o vô teve que viajar para o Rio Grande para continuar aqui porque não queria ir embora porque foi aqui que os ancestrais dele morreram e a gente resolveu a gente se juntou e mandamos uma autodeclaração para a Fundação Cultural Palmares, que foi até a comunidade, visitou a comunidade, ouviu a história, olhou a documentação e deu tempo a daí veio a certificação, é da comunidade, mas esse estrago deu devido tudo o que aconteceu com ele (pai da Ellen), sabe? A gente não quer que acontecesse isso com os nossos filhos porque até pra nós por enquanto não tá tudo bem. Até uma hora que tu acorda tá bom para mim, mas as minhas próximas gerações que vão vir, como fica?

Quanto à certificação de comunidade que se autodeclara como comunidade remanescente quilombola, essa saiu na edição n. 208, de 2013, do Diário Oficial da União, nas páginas 18 e 19, como constam nas imagens a seguir.

conferidas pelo artigo 1º da lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com uma Convenção N° 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, 1º e 2º do artigo 2º e 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98 de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve: Artigo 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 16 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:



COMUNIDADE DE TRINDADE, localizada no município Berrito/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.987, E.016, processo nº 01420.01071/2011-24.

COMUNIDADE DE ALBERTO, localizada no município América Dourada/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.988, E.017, processo nº 01420.01071/2011-24.

COMUNIDADE DE BARROSA DOS REIS, localizada no município América Dourada/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.989, E.008, processo nº 01420.01071/2011-24.

COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA, localizada no município América Dourada/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.990, E.009, processo nº 01420.00082/2011-99.

COMUNIDADE DE BOA VISTA, localizada no município América Dourada/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.991, E.010, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE CAMO ALBERTO, localizada no município América Dourada/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.992, E.011, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE MELUNDO, localizada no município América Dourada/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.993, E.012, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE SORANA, localizada no município América Dourada/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.994, E.013, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE ANTAÍ, localizada no município Barro do Mendonça/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.995, E.014, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE CANANDA, localizada no município Barro do Mendonça/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.996, E.015, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE QUEIMADA DO RIFÃO, localizada no município Barro do Mendonça/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.997, E.016, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE VOLTA DO ADEON, localizada no município Barro do Mendonça/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.998, E.017, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE TABULEIRO DA VITÓRIA, localizada no município Cachoeira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 1.999, E.018, processo nº 01420.01071/2011-24.

COMUNIDADE DE RACHÃO, localizada no município Filadélfia/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.000, E.019, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE REACHO DO REIA E JUNCO, localizada no município Filadélfia/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.001, E.020, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE PONTO ALTO, localizada no município Filadélfia/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.002, E.021, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE MARACÁ, localizada no município Ouzangueira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.003, E.022, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE MEURINA, localizada no município Ouzangueira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.004, E.023, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE POUSSERAS, localizada no município Poço do Suares/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.005, E.024, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE BERANHEM, localizada no município Ouzangueira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.006, E.025, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE CARABUTI, localizada no município Ouzangueira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.007, E.026, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE BURÃO, localizada no município Ouzangueira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.008, E.027, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE MARACÁ, localizada no município Ouzangueira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.009, E.028, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE SÃO FERRO, localizada no município Ouzangueira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.010, E.029, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE MADRINHA E CAÇATEIA, localizada no município Poço do Suares/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.011, E.030, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE SÃO JOAQUIM DO SERTÃO, localizada no município Vitória da Conquista/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.012, E.031, processo nº 01420.00442/2011-93.

COMUNIDADE DE SOCO VELHO, PESQUEIRO, SOCO VERDE, BUKBERAO, LARANJEIRA E TIRA BARRO, localizada no município Monte Azul/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.013, E.032, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO, IRENEA, DAIUSA E BOCAIO, localizada no município Monte Azul/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.014, E.033, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE ILHA DA CARVAIRA E CARIBAS, localizada no município Pedra de Maré do Cuiabá/MT, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.015, E.034, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE ARACATI CHA I E II, localizada no município Canabral/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.016, E.035, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE CALAZADAS, localizada no município Sento Sé/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.017, E.036, processo nº 01420.00803/2011-48.

COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO MATOZINHO, localizada no município Caldeirão/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.018, E.037, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE COBRETO DO MESMO, localizada no município Lavras do Sul/RS, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.019, E.038, processo nº 01420.01140/2012-14.

COMUNIDADE DE VIDAL MARTINS, localizada no município Florópolis/SC, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.020, E.039, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE MOCAMBO, localizada no município Açailândia/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.021, E.040, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE FRIA DOS NEGROS, localizada no município Canaã/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.022, E.041, processo nº 01420.00393/2011-31.

COMUNIDADE DE CASMO DO MARIANHO, localizada no município Marapanã/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.023, E.042, processo nº 01420.00442/2011-96.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JOSE HELTON SANTOS ALMEIDA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PRESERVAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 06, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

O DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, em uso de atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 598, de 14/05/2012, de caráter vedado e disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo 1, de Decreto nº 8.244, de 18/06/2011, e no inciso III de Decreto nº 7.649/1991, e a Portaria IPHAN nº 07, de 17/12/1998, e ainda de que conta das presentes atribuições relacionadas a seguir a esta Portaria, resolve:

1 - Expedir PERMISSÃO ao projeto de pesquisa arqueológica "Investigação arqueológica em unidades de Administração Pública, em arqueologia histórica dos projetos de pesquisa arqueológicas relacionadas ao sítio de Vila Petrópolis".

2 - Determinar ao Superintendente do IPHAN das áreas de abrangência das pesquisas, e consequentemente a identificação da extensão dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à delimitação e à guarda de material coletado, assim como das ações de preservação e conservação dos monumentos.

3 - Condições a serem observadas no presente permitido, autorização e acompanhamento, por parte das arqueólogas coordenadoras de unidades pesquisa e fiscalização, em todo o curso da pesquisa, incluindo nos seguintes pontos: a) - Realizar, mediante ordem de informações prévias no art. 11 e 12 do Projeto IPHAN nº 07, de 17/12/98.

4 - "A Relatórias e quaisquer outras matérias produzidas por equipes técnicas filiadas devem obrigatoriamente inserir e incorporar ao IPHAN, conforme Manual e Matriz de Avaliação disponível no endereço eletrônico www.iphan.gov.br."

5 - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSANNA PINHEI, MENDES NAIJARI

ANEXO I

- 01 - Processo nº 015120.00092/2012
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo no Lotamento Chalet do Instituto de Física de Caracolândia, Estado do Rio Grande do Sul
- Arqueóloga Coordenadora: Ségio Célio Chant
- Arqueóloga Interventora: Vera de Castro, Estado do Rio Grande do Sul
- 02 - Processo nº 015120.00092/2012
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo no Lotamento Chalet do Instituto de Física de Caracolândia, Estado do Rio Grande do Sul
- Arqueóloga Coordenadora: André Oliveira Loureiro
- Arqueóloga Interventora: Cezara Uzeda, Estado do Rio Grande do Sul
- 03 - Processo nº 0141.00108/2011-53
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 04 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 05 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 06 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 07 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 08 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 09 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 10 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 11 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 12 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte
- 13 - Processo nº 0141.00108/2011-56
- Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial de Área de Implantação do LIT Serra de Santana II, RJ
- Arqueóloga Coordenadora: Ingo Henrique Albuquerque de Medeiros
- Arqueóloga Interventora: Larissa Nery, Estado do Rio Grande do Norte

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atos/diario>, link para o endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atos/diario>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.204-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Figura 2a – Página do DOU em formato de imagem que consta o nome da comunidade Vidal Martins **Fonte:** Fundação Cultural Palmares [2013].

Transcrição: COMUNIDADE DE VIDAL MARTINS, localizada no município Florianópolis/SC, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro n.2.020, fl.039 – processo nº 01420.00575/2013-16.

O certificado emitido pela Fundação Cultural Palmares atestando a comunidade como remanescente quilombola foi realizado em tempo bastante hábil. A data de abertura do processo aconteceu no dia 6 de março de 2013 e foi certificada em 25 de outubro de 2013, devido à massiva documentação que comprovava a narrativa dos descendentes quilombolas. A imagem a seguir consta o certificado emitido pela fundação Palmares.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.005775/2013-16 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE VIDAL MARTINS**, localizada no município de Florianópolis/SC, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro nº 2.020, fl.039, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass. )..., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a laírei e ja extrai. Brasília/DF, **21 de outubro de 2013**.

O referido é verdade e dou fé.


José Hilton Santos Almeida
Presidente
Fundação Cultural Palmares - FCP

Figura 25 - Certificado de Autodefinição
Fonte: Quilombo Vidal Martins (2013).

O fato de a certificação ter sido rápida não significa que foi um processo simples ou fácil, nem mesmo que garante a comunidade a posse de suas terras. Ao contrário, no ano de 2013, inicia um árduo processo em busca da restituição das terras quilombolas no Rio Vermelho. Com muito tino e perseverança, Shirlen e Helena atuam como detetives da sua própria história e passam a investigar os vestígios dessa história:

[...] não, com facilidade não. Pelo fato de como ser coisas antigas e fala de terra é... todo mundo fica com receio né? Terra de quem o que quer porque que quer? E os livros também eram letras de padre, então era umas letras horrível de se ler, a gente teve que aprender a ler aquela letra com muita dificuldade e toda vez que a gente encontrava um documento... a primeira vez primeiro a gente não sabia dos livros, né? A gente procurou não achou então a Helena se enfiava dentro dos cemitérios para procurar o nome das pessoas para ver se tinha algum conhecido, ela foi lá para Trindade, encontrou lá família Vidal, né? Que tem bastante Vidal lá e começou a falar assim “eu encontrei esse, eu encontrei aquele” e depois a gente encontrou um site¹⁶, depois a gente foi nos livros da intendência, sabe? Mas, assim, tudo com muita

16 O FamilySearch é o site ao qual se referem, trata-se de uma organização internacional, sem fins lucrativos, dedicada a ajudar as pessoas a descobrir sua história da família. A Arquidiocese de Florianópolis cedeu uma enorme quantidade de arquivos ao site, para que as pessoas encontrem as informações desejadas e se for de interesse podem solicitar a transcrição do arquivo na Arquidiocese, que é um serviço pago.

dificuldade, a gente foi no centro, ali na... Ai meu Deus ali do lado do Colégio Catarinense, ali que dos padres (Arquidiocese de Florianópolis, Localizada na rua Esteves Junior, próximo ao Colégio Catarinense)... [...] Isso, é então a gente foi ali e para a gente era muito complicado porque todas as certidões eram pagas, nenhuma eram de graça, então as vezes a gente ia para o centro ou a gente comia ou a gente tirava certidão e nós passamos por muitas dificuldades porque, imagina, cada uma era paga, era muito escravo, era muito escravo, a gente não encontrou pouco, a gente encontrou muito e nós tivemos que tirar. Todas aquelas certidões e mais assim foi super difícil pelo fato da letra, do acesso, de como é de esconderem documentos, que nem o documento de terra, por exemplo, tava dentro do livro da Igreja Católica que está escondido no lugar aqui, é em Santa Catarina. Ou seja, a gente teve acesso por conhecimento tal, mas o livro de todas as terras de Santa Catarina é tão escondidos, a Igreja Católica que registrou em 1845, os padres pegaram e começaram a registrar, né? As terras que tinham porque daí Portugal, né? O Brasil se tornou Independente de Portugal. Já não existia mais aquelas seis marias tal... enfim. E daí começou a nova lei de terras para os negros não terem acesso também, estas terras a igreja começou a transcrever quem que tinha quem que não tinha e numa dessas o senhor do Vidal Martins mais a madrasta deles declararam terras ali que é bem a terra onde fica o parque, né? Declararam, mas assim foi muito difícil assim a parte mais... uma das partes mais difícil foi a documentação, pela tristeza em si, né? Que tu ver ali que a tua tataravó escrava. Escrava de um

padre que deveria libertar, né? Que prega o amor de Cristo tu ver as meninas, as meninas, né? As filhas do Vidal terem filhos com 11 anos de idade. Ele já se bisavô então assim é... era triste entende? É triste, é muito revoltante, mas ao mesmo tempo saber de todas, né? A luta deles de todo esforço em sobrevivência, tá? Em sobreviver e tal é foi nosso para mim foi uma das partes mais difícil ficar acordada bater perna nós batemos muito a perna. Nossa, como nós batemos perna que para juntar tudo que a gente juntou nós levamos meses e meses e meses e meses...

Com certeza, o trilhar das irmãs na busca por fatos que comprovasse as histórias dos antepassados foi cheio de empecilhos. As demandas com custos, locomoção e até o cansaço se fizeram presentes. Entretanto, a força dos seus as mantiveram firmes nesse trilhar. Que a cada dia, semana, mês e ano ganham notoriedade e alcançam os lugares mais destintos da sociedade.

6 A LUTA CONTINUA

São nove anos desde que toda a comunidade vem se mobilizando e mobilizando, também, outras pessoas através do compartilhamento de suas memórias. Compartilhando períodos da história de Florianópolis, compartilhando cultura, compartilhando exemplos de força e resistência. Exemplos da força feminina negra que foram capazes de mostrar para toda uma sociedade fatos de um passado que por muito tempo foi silenciado.

Sentada diante da avó Jucélia, conheci pedaços de vidas entrelaçados por rendas de bilro (vindas das mãos escravas e feitas com espinhos) e na sua sabedoria diz: “se você quer mesmo conhecer nossa história, precisa primeiro pisar em nossas terras ancestrais, só sentindo para entendê...” Olhou para a filha e a sobrinha que nos acompanhavam, e disse somente: “vão!” E pelas mãos das duas, fui levada para conhecer as terras Quilombolas, distantes dali alguns quilômetros. Caminhávamos, as três mulheres, na beira do asfalto, no acostamento estreito. Seguíamos em fila indiana e em silêncio, uma composição de tempo, pensamento e passos firmes. Entramos nas terras que vigoram em processo de titulação, e algo me tomou por completo. Sem entender, chorei. Algo ali tomava uma proporção maior do que eu imaginaria, as duas contavam o que ali existia, pisávamos no que tinha sido a senzala, o cemitério, da vida que ali existira e também das mortes. E, quando me viram em lágrimas, pararam de falar. E uma delas disse: “Veja ela sentiu, ela sabe da ancestralidade, ela de algum jeito já teve aqui.” (SANTOS, 2020, p. 124).

E nessa mobilização, a comunidade Vidal Martins ganha notoriedade. Desde 2013, a comunidade já foi manchete várias vezes em reportagens. Nem sempre a mídia a aborda de forma imparcial ou justa, mas a aborda, e como apontado nas narrativas:

[...] lembrem que a gente existe. Porque quem não é visto, não é lembrado.

Observemos algumas das manchetes em que o Quilombo é referenciado:



Figura 26 - Matéria do Diário Catarinense na semana da Consciência Negra

Fonte: Bastos [2015].

Inkra tem 30 dias para demarcar quilombo em Florianópolis

A Justiça Federal de Santa Catarina estabeleceu o prazo para que o procedimento de demarcação na comunidade quilombola de Vidal Martins seja concluído

REDAÇÃO ND, FLORIANÓPOLIS
23/12/2020 ÀS 16H24



A pedido do Ministério Público Federal, a [Justiça Federal em Santa Catarina](#)

Figura 27 - Matéria do ND+ Notícias sobre o prazo para a demarcação de terras

Fonte: ND+ Notícias [2020].

Quilombo resiste à violência em área turística da Ilha de Santa Catarina

por Jornalistas Livres • 18/08/2018



Figura 28 - Matéria do Jornalistas Livres sobre a violência sofridas pelos remanescentes

Fonte: Zanotto [2018].

Bombeiros são impedidos de passar para conter incêndio no Parque do Rio Vermelho, afirmam comandante e IMA; entidade quilombola nega



Por Renato Igor
13/03/2020 - 22h26 - Atualizada em: 13/03/2020 - 23h00



Combate a incêndio no Parque Rio Vermelho, em Florianópolis, chega ao quinto dia (Foto: Arcajo/Diário/psco)



Colunista

Renato Igor

Apresentador e comentarista na CBN Diário e NSC TV, Renato Igor faz análises e traz as notícias sobre o que acontece em Santa Catarina e o que influencia os rumos do Estado.

Siga Renato Igor



Figura 29 - Matéria no NSC Total referente a incêndio no Parque

Fonte: Igor [2020].

Descendentes de escravos do século 18 formam o primeiro quilombo de Florianópolis

Quilombo Vidal Martins fica na localidade do Porto, no Rio Vermelho

EDSON ROSA, FLORIANÓPOLIS

19/08/2014 ÀS 14H49



Esta é a história de Vidal Martins, escravo nascido no Rio Vermelho em 1845, 26 anos antes da Lei do Ventre Livre (1871). Filho de Joanna e de pai desconhecido, neto de Jacintha, negra trazida da África em meados do século 18, Vidal morreu em 1910, aos 65 anos, casado com a costureira

Figura 30 - Matéria no ND+ sobre a história do Quilombo

Fonte: Rosa [2014].

E nesse processo a comunidade alcança reconhecimento, principalmente pelo entorno da sua área, no bairro do Rio Vermelho. Agora, muitos sabem que ali tem um quilombo, que ali tem um grupo reivindicando a posse das suas terras. A luta, agora, não é mais só dos remanescentes, nesse período, a comunidade formou uma rede social que lhes trouxe outros dispostos a lutar pela causa.

Contudo, a visibilidade da comunidade também foi observada por grupos que, ou por desconhecerem a história da comunidade ou por simplesmente serem pessoas racistas e concluírem, erroneamente, que a comunidade é um lugar de gente inferior, são avessos à possibilidade de as terras serem entregues para a eles.

[...] o que acontece é aquilo que o pessoal do Rio Vermelho primeiramente é... eles jamais, né? Que nem eles dizem que os negros invadiram as Universidades, eles vão querer que nós negros tenhamos o poder aquisitivo tão grande, né? E reconstrua a nossa história? E o Rio Vermelho, como eles são descendentes daqueles que escravizaram a nossa família, é óbvio que eles não vão. Jamais! Tentar a questão quilombola porque tá no sangue deles grita ali no sangue deles, mesmo sem eles perceber e muito deles tiveram pessoas da nossa família, né? Que foram é escravizado por pessoas da família deles [...] é mais a gente entende que no Rio Vermelho essa coisa porque eles pensam... uma

comunidade que vivia lá embaixo pobre chamado de favela de ninguém. Não tem nada miserável e de repente essa comunidade acorda e começa a lutar pelos seus direitos que antes eram uma área que não tinha valor, que ninguém quis, não havia interesse, é pelo fato de ser uma área com dunas com muita água difícil, sabe? E de repente essa área ela se modifica totalmente e ela passa a ter um valor enorme porque na frente tem uma lagoa, atrás tem um mar, dentro de uma área de preservação e a gente sai e começa a dizer “olha nós somos descendentes de escravos”, né? ... Que nem eu vi na semana passada um cara dizendo “ah, será que eles vão devolver aquele terreno que eles ganharam em troca, do Estado, pelas terras” daí o outro botou assim em baixo “ah, mas como é que tu sabe dessa informação?” “ah, porque a gente conhece a família Vidal na época da reforma agrária não sei o que...”, só que a história não é essa, a história é que houve o golpe, sim, e que a gente não recebeu terreno nenhum, pelo contrário, a gente foi tirado e o vô teve que comprar um pedaço que tu viu. Daí eu fico pensando, assim, ele conhece a família Vidal, que somos nós, ele não conheceu Boaventura, ele não conheceu Vidal Martins, ele não conheceu Joana e ele não conheceu Jacinta. Ele não sabe da história dos nossos ancestrais. Então, o que ele sabe até é um pontinho ali deu! Acabou! Sabe? Por isso que eu digo, eu vejo que muitas pessoas são favoráveis, mas muitas pessoas principalmente as pessoas brancas, né? ... Elas não aceitam, jamais vão aceitar, (incompreensível) bem para o Rio Vermelho e eu fico pensando... Mas no ponto de vista eles não querem saber da gente aqui não, não vejo isso...

E assim se dá a relação da comunidade com o bairro, alguns apoiam, outros nem tanto, mas isso não atrapalha na perseverança que continua, os obstáculos surgem e são contornados. Há um bom tempo, o IMA e a comunidade travam uma batalha judicial em prol da titulação definitiva das terras, em várias instâncias a decisão foi favorável à comunidade, mas ainda assim, essa não obteve a titulação de posse em nome da comunidade. Esse seria um motivo para que os descendentes de Vidal e Maria Rosa desistissem e se conformassem apenas com o que conquistaram até o momento, mas não para elas e eles.

Acontece que agora a luta vai além, a luta não só é importante para os Vidal, trata-se também de uma luta quilombola, e por isso, é uma luta de muitas outras comunidades remanescentes tanto em Santa Catarina quanto no Brasil.

[...] eu vejo que o fato, Kariane, da gente se reconhecer, não ter vergonha de gritar para o mundo, para o Brasil, que nós somos uma comunidade negra, que nós temos orgulho da luta dos nossos antepassados, sabe? E de nós levantarmos a bandeira com muita força, eu acho que isso contribui muito [...] Até o Marcos tava falando para mim que tinha uma família que queria se reconhecer, o BL também, devido à própria história da comunidade, viram, né? Tudo que a gente conquistou, tudo que a agente está lutando e queriam se reconhecer como quilombola, então de uma

certa forma isso tem uma força, sabe? Isso acaba incentivando muita gente, de que dá para lutar, dá para acreditar naquilo que é teu. [...] Então, assim, é, eu vejo que se...o dia mesmo que a comunidade ganhar o título de terra vai bombar (risos)...

Essa luta é importante para outras comunidades quilombolas, é importante para toda a comunidade negra de Florianópolis, e também para a comunidade não negra. Essa luta é importante para todas e todos as/os Ellens, Shirlens, Helenas, Jucélias, Odílios, Izidros, Boaventuras, Vidals, Marias Rosas, Joanas e Jacintas, é de fato uma reparação que ainda tem muito a melhorar, mas essa é só o início de muitas outras. Por hora, Seu Izidro é honrado com as conquistas que os seus realizaram:

[...] E ele sabia! Ele deixou bem transparente para gente que ele não iria ver, ele já sabia que ele não iria ver. Mas ele falou que a nossa geração viria. Ele assim “eu não conquistei, mas eu sei que a geração de vocês vai, vai conquistar a terra novamente” e realmente foi a nossa geração, né? A nossa geração que foi para cima, brigou e, né? Acabou adquirindo novamente as terras, né? Tá lutando ainda por ela, né?

Na construção da história do Quilombo, tecido nas memórias de Jacinta, Joana, Vidal, Maria Rosa, Boaventura, Izidro e Beatriz, que majestosamente repassaram para seus descendentes, foi construído o presente dossiê. Este documento registrou e organizou as memórias e os documentos que retratam a história da comunidade em um único suporte, formando, então, um lugar de memória. Assim, tanto os remanescentes quanto os interessados podem conhecer sobre esse espaço, sobre essa comunidade e sobre uma história um tanto desconhecida do município que se faz na importância de preservar a memória da comunidade Vidal Martins para a história de Florianópolis.

Assim, encerro esta seção com as seguintes falas, que representam as memórias da comunidade. Não são só as memórias de um povo que foi escravizado. Não! Porque não é a escravidão que representa o povo negro de Florianópolis, esse povo está representado porque, apesar de todas as adversidades, mantiveram-se, viveram e vivem, amaram e amam, resistiram e resistem e, o mais importante de tudo, seguiram e seguem ligados aos seus.

[...] eu vou defender essa história aqui com a minha vida! Eu vou defender essa história como se fossem eles que tivessem lutado hoje, porque eles lutaram nos anos passado. Eu vou defender para eles, eu vou defender por ele, sabe? Eu não vou deixar ninguém

chegar dizer que a história da Joana foi insignificante, que a história da Maria Rosa, da Sabina, sabe? [...] então a nossa força vem também de toda a história deles, sabe? De todo o sacrifício deles, de tudo aquilo que o vô falava, da tristeza no olho dele, de querer dar para nós e não ter pra dar, mais sabia que tinha e não podia pegar mais. É uma certa raiva mesmo, Kariane, uma certa sede de justiça e de justiça feita. Sim! Era deles, é deles. Não era deles, é deles porque a Princesa Isabel e... é libertou os negros, ela esqueceu, né? De acertar o contrato trabalhista, né? Porque ela esqueceu, ela tinha que simplesmente dizer assim: pô! “eu libertei, mas cadê a rescisão desse povo?”. Não teve rescisão. Então esse é só uma parte da rescisão...

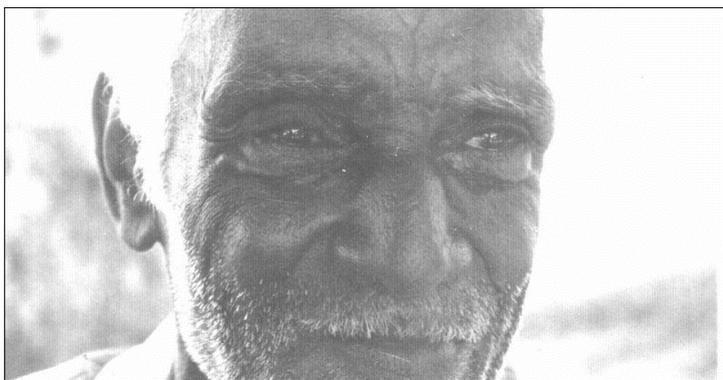


Figura 31 - Izidro Boaventura Vidal 1914-1989
Fonte: Quilombo Vidal Martins [2015].

7 E A HISTÓRIA
NÃO TERMINA AQUI...

Identificar quais registros informacionais existentes sobre as histórias e memórias da comunidade remanescente quilombola Vidal Martins, nos possibilitou registrar e organizar as histórias e memórias da comunidade, localizada em Florianópolis, na forma de um dossiê, contribuindo para caracterizar e garantir aos remanescentes da Comunidade e à sociedade um “lugar de memórias”.

Os registros informacionais referentes à comunidade, são diversos e estão em diferentes fontes de informação, entre eles: os trechos das narrativas coletadas por entrevistas; documentos oriundos de arqui-dioceses; as notificações publicadas pelo DOU; documentos obtidos no arquivo público do Estado; documentos em posse da comunidade; e diversas notas jornalísticas referentes à comunidade estudada.

Assim, foi construído este livro sobre e para a comunidade Vidal Martins. Este dossiê está composto pelos dados coletados na pesquisa de dissertação, em uma configuração onde narrativas e documentos se contemplam um ao outro, sem contradições. Desta maneira, o livro se constitui enquanto um arquivo de memórias da comunidade, contribuindo para ancorar o registro de experiências cotidianas e históricas da luta por direitos e dignidade. Principalmente porque foi construído com eles, são as narrativas dos remanescentes entrevistados que, protagonizaram a história que compuseram essa construção.

Nesse lugar de memórias construído de narrativas, é tecida uma rede com dados e evidências que estão entrelaçados com a história da comunidade, de Florianópolis e do Brasil. Como exemplo, temos a empreitada florestal que tragicamente devastou a vegetação nativa, bem como a fauna local. Nessa tentativa de contenção de dunas naturais, aquele espaço foi todo modificado, entretanto, gerou problemas que atualmente ambientalistas e engenheiros florestais tentam reparar. Nesse sentido, a história da comunidade está diretamente ligada a um acontecimento de conhecimento no mínimo estadual.

A história da comunidade também está diretamente ligada a um outro fato, agora em âmbito nacional, como a ditadura, imposta no ano de 1964. O país, bem como Florianópolis, passa para um estado de constante vigilância. Nesse momento, é curioso se pensar que o Estado reconhece os remanescentes, quando, ao retirarem eles das terras, informam que essas pertenciam aos que foram escravizados e apenas a eles. Nesse sentido, o Estado tinha conhecimento dessas pessoas, só não tinha interesse por elas, e em um plano de gentrificação, higienização e branqueamento racial e cultural os expulsa do espaço. Afinal, não era de interesse para o Estado reconhecer que a Cidade de Floriano⁽¹⁷⁾ foi construída por mãos negras.

17 Florianópolis significa cidade de Floriano. O nome foi dado em homenagem ao marechal Floriano Peixoto, o então presidente da República, em 1894.

Além do golpe de 1964, podemos observar contextos muito relevantes na história do Quilombo sobre o que foi a história política do país. Quando Izidro vota sob coação, ou melhor dizendo, o voto de cabresto, como poderia ele, um descendente de escravizado, contrariar os desejos dos coronéis locais, aliás essa era uma prática que regeu a política do país por muito tempo, mantendo-os no poder por muito tempo. Ainda hoje, vislumbramos partidos que foram formados nesse sistema e estão em plena saúde política, gozando da herança de seus antecessores.

Outra ligação da comunidade com a história nacional é a composição de um quilombo e as suas representações. A comunidade Vidal Martins é um território quilombola urbano, que possui uma identidade cultural quilombola, de comunidades no sul do país.

Nas narrativas dos entrevistados, foi possível identificar um problema social de nível global, quando relatam sobre o racismo sofrido dentro do ambiente escolar, vindo desde colegas até professores. Além do racismo, o constrangimento durante as aulas em que a história de seus antepassados era representada de forma fragmentada, invisibilizando a cultura e identidade negra. Ou simplesmente marginalizando-a. Sendo o negro apenas referência para o escravizado, o capitão do mato, a mulata, a cozinheira ou, em um olhar mais otimista, o jogador de futebol ou o pagodeiro.

Por isso, faz-se necessário que as escolas de

integrem em seu conteúdo curricular a histórias como a da Comunidade Vidal Martins. Está no momento de evidenciarmos outros personagens da história, e com isso combater as diversas formas de racismo.

Além da importância da história do Quilombo dentro das escolas, divulgar essa história é importante também para outras comunidades negras, sendo elas quilombolas ou não, para se reconhecerem, pois sempre que um grupo se enaltece, outro se reconhece, e assim construímos uma identidade de orgulho, afirmação e admiração quanto às nossas origens e aos nossos traços raciais. Além disso, contribui para as pautas quilombolas e indígenas que arduamente lutam para manter suas terras e por políticas públicas em prol de saúde, educação e território. Assim como, pensar em relações raciais implica que aos não negros o conhecimento acerca das histórias das populações negras contribui para a própria ampliação de seus olhares sobre o mundo e o questionamento da branquitude.

Evidenciamos também na escrita deste trabalho a presença feminina. A força do matriarcado presente nas narrativas, na autoridade e autonomia exercida pelas mulheres da comunidade que, reflete a potência feminina negra. Essa presença se faz desde mulheres privadas do convívio com seus filhos e da sua liberdade arquitetarem maneiras de seus laços consanguíneos não se perderem mesmo nas adversidades da escravidão.

A presença e força se faz quando uma mulher fica sozinha responsável pelo lar, e pelos filhos enquanto o marido vai para longe trabalhar. Essa força feminina está quando uma mulher se nega a receber ordens de “homens no poder” ao rasgar o seu título de eleitor para não votar em seus carrascos. Existe presença feminina igualmente na pesca e na confecção da renda de bilro, que foram e ainda são de onde tiram o seu sustento.

Por isso, através dessa força feminina que as mulheres do Quilombo hoje vêm lutando para reivindicar o que é seu, por uma dívida histórica e de certa forma fazer justiça aos seus antepassados. Dessa maneira, quando nos relatos fazem menção ao umbigo enterrado nas terras, estamos falando de um lugar de pertencimento que lhes foi roubado. Assim, essa luta é por reconhecimento e, também, por pertencimento.

Por fim, esperamos que este livro sirva como sugestão para futuras pesquisas com essa temática, dando continuidade. Em vista disso, diferentes áreas do conhecimento podem contribuir para essa pauta, atuando na manutenção e disseminação dessas histórias e/ou tirar histórias como esta da invisibilidade e do silenciamento de uma estrutura racista dentro e fora das áreas.

8 REFERÊNCIAS

A RETOMADA do território quilombola Vidal Martins. Comissão Enraizadora ERGA. [S. l.], 2020. 1 vídeo (1:50:41). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zT49G7YANOU>. Acesso em: 07 set. 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 61p. ISBN 9788535932539 (broch.).

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

ALBUQUERQUE, Wlamyra de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 319.

ANCIB (Rio de Janeiro). **XI Encontro ENANCIB**. 2014. Disponível em: enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib. Acesso em: 02 jun. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. São Paulo: KMA, 2018. 132p.

ARAUJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 1, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23206>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos Maranhenses. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos

Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 433–466.

AYA. **Biblioteca AYA**. 2021. Disponível em: <https://ayalaboratorio.com/sobre/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BAGGIO, Claudia Carmem; COSTA, Heloisa; BLATTMANN, Ursula. Seleção de tipos de fontes de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 2, p. 32–47, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50946>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Quilombos, espaço de resistência de homens e mulheres negras** – texto para reflexão com o/a professor/a. MEC/SECAD. DF, 2005. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216253/PLIT0832-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 set. 2021.

BASTOS, Ângela (org.). Nobres herdeiras. **Diário Catarinense**. Florianópolis, nov. [2015]. Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nobres_herdeiras/index.html. Acesso em: 19 jul. 2021.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <drive.google.com/file/d/1Ud8UpjS7ENzxTeT3SwdcuYOZT-xOlOkot/view>. acesso em: 18 jun. 2020.

BERNARDINO– COSTA, Joaze.; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf> Acesso em: 05 jul. 2020.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estud. afro-asiát.** Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101=546-2002000200002X&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de julho <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Ana. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade**, v. 27, p. 7- 16, 2017. Disponível em: periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/31114/17408. Acesso em: 28 abr. 2020.

BLATTMANN, Ursula. **Fontes de Informação:** Primárias, Secundárias e Terciárias. 2015. Disponível em: <http://bib-ci.wikidot.com/fontes-primarias>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BOND, Rosana. Primeiro quilombo de Florianópolis: Luta pela terra desafia preconceito. **A Nova Democracia**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 22 jun. 2019. Disponível em: democracia.com.br/noticias/11291-primeiro-quilombo-de-florianopolis-luta-pela-terra-de-

[safia-preconceito](#). Acesso em: 28 fev. 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de Velhos. 9. ed. São Paulo: Companhia das lestras, 1994. 484 p. ISBN 85-7164-393-8 (broch.).

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219 p. ISBN 8574801513 (broch.).

BOTEGA, Gisely Pereira. **Toca de Santa Cruz (SC):** tramas das mulheres negras, Quilombolas e yalorixás nos processos de socialização com as crianças. 2016. 186 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216253/PLITO832-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 12 set. 2021.

BOTEGA, Gisely Pereira; LIMA, Patrícia de Moraes. Processos de socialização no quilombo Toca de Santa Cruz, do município de Paulo Lopes (SC): “Eu não sou da igreja, eu sou do terreiro”. **Revista Grifos**, v. 25, n. 41, p. 96-118, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967131007.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição de 05 de outubro de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Seção 8, p. 1-165. Artigo 68. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

[constituicao/constituicao.htm](#). Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Constituição (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Constituição (2003). **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Constituição (2008). **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Constituição (2012). **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas

universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências... Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. INCRA. **Editais divulgam regularização fundiária quilombola em Florianópolis (SC)**. 2020. Disponível em: <http://incra.gov.br/pt/editais-divulgam-regularizacao-fundiaria-quilombola-em-florianopolis-sc.html>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Povos e Comunidades Tradicionais**. c2020. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BUCHELER, Roberta Soares. **Memórias Quilombolas—A história de uma comunidade de remanescente de quilombo no Sul de Santa Catarina**. 2017. Disponível em: repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189407. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAPURRO, Rafael, HJORLAND, Biger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148 – 207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>. Acesso em: 28 abri. 2020.

CARDOSO, Francilene. **O negro na biblioteca: mediação da informação para a identidade negra**.

Curitiba, PR: CRV, 2015. 114p.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial eo branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010. Disponível em: dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3235857. Acesso em: 16 jul. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Periódicos UFBA Caderno crh**, v. 15, n. 36, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile/18633/12007>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume, 2006. 258 p. (Geografia e adjacências). ISBN 85-7419-661-4.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em: periodicos.furg.br/biblos/article/view/125. Acesso em: 29 ago. 2020.

CONAQ; ISA. 2020. **Observatório da Covid-19 nos Quilombos**. Quilombo sem Covid-19. 06 jul. CONAQ. 2020. Direitos Quilombolas. Disponível em: mbo-semcovid19.org. Acesso em: 05 jul. 2021.

COSTA, Iany Elizabeth da. Decolonialidade e movimento quilombola na Paraíba: diálogos possíveis. **XIX**

Encontro nacional de geógrafos, João Pessoa, 2018.

COSTA, Rute Ramos da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil. O Processo Educativo do Jongo no Quilombo Machadinha: Oralidade, Saber da Experiência e Identidade. **Educ.Soc.**, Campinas, 2019. v.40. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100600&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 fev. 2020.

CROCCO, Tonho. **Dívida**. Porto Alegre. Álbum Olelê, Ultramen, 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NjKTgoUDsnM>. Acesso em: 27 fev. 2020.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. NTU: introdução ao pensamento filosófico bantu. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 32, v.1, n.59, p. 25-40, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15998/1/2010_art_hcunhajunior.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 150, p. 84-100, 2013. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21122. Acesso em: 17 jul. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. XVI, 451 p.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizados. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 80 p

DIAS, Kamila Gusatti; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Memória Para Henri Bergson e Paul Ricoeur: Buscando Aproximações. **Poíesis Pedagógica**, v. 15, n. 2, p. 65–81, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/50289>. Acesso em: 02 jun. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, n. 21, 2008.

FAMILYSEARCH. **O que fazemos**. c2021. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/about/>. Acesso em: 29 set. 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275 p. (Broch.).

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 2008. 439 p.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendentes:** identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FLUSSER, Vilém. Metaescrita. In: FLUSSER, Vilém. **A escrita:** há futuro para a escrita?. São Paulo: Annablume, 2010. Cap. 1, p.17-24.

FREITAS, Patrícia. Algumas pistas sobre o negro no período colonial através da documentação do arquivo público do estado de Santa Catarina. **Ágora**, v. 16, n. 33-34, p. 58, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13673>. Acesso em: 20 maio 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 2003. 719 p. ISBN 85-260-0869-2.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-51.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria No - 176, de 24 de outubro de 2013. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 208, p. 18-19, 25 de outubro de 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index>.

[jsp?data=25/10/2013&jornal=1&pagina=18&totalArquivos=120](http://www.geledes.org.br/o-que-e-raca/) Acesso em: 31 jul. 2021.

GARCÊS, Franciéle; PIZARRO, Daniella. **Reflexões iniciais**. Florianópolis: 2020. 58 slides, color.

GELEDÉS. **O Que é Raça?** 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-raca/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GIL, Gilberto. **Quilombo, o Eldorado negro**. 1984. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/gilberto-gil/quilombo-o-eldorado-negro.html>. Acesso em 07 set. 2020.

GLASS, Ronald. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 883–913, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S2176-66812012000400017>.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia a Crueldade: Racismo e Extermínio da Juventude Negra. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jul. 2020. Epub 23–Nov–2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>.

GONÇALVES, Janice (org.). **Projeto “No fio da memória: caminhadas de registro fotográfico”**. 2009. Roteiro 8. Disponível em: http://www.labpac.faed.udesc.br/caminhada8_roteiro.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

GUIMARÃES, Antonio **Sérgio Alfredo**. **Depois da democracia racial**. **Tempo soc.** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269–287, nov. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de julho de 2020.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, Quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 139–163.

HALBAWCHS. Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A,

2005. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=r-ja&uact=8&ved=2ahUKewjehvGA-fbnAhXzILkGHbb_AxcQFjACegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ucs.br%2Fetc%2Fvistas%2Findex.php%2Fconjectura%2Farticle%2Fdownload%2F2515%2Fpdf_251&us-g=AOvVaw2NCxAon-FaLbHPRVtumCqs. Acesso em: 29 fev. 2020.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Parte IV: Verdade. p. 271–318.

HEBENBROCK, Josué Mariano; FIDELES, Kywza. Recife Quilombo Urbano: fluxo afro-transnacional através das redes Sociais. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/62>. Acesso em 25 fev. 2020.

IGOR, Renato. Bombeiros são impedidos de passar para conter incêndio no Parque do Rio Vermelho, afirmam comandante e IMA; entidade quilombola nega. 2020. **NSCTotal**. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/bombeiros-sao-impedidos-de-passar-para-conter-incendio-no-parque-do-rio>. Acesso em: 17 jul. 2021.

IPEA (Brasil). Instituto de Pesquisa Aplicada. **Movimento negro realiza marcha em defesa dos quilombolas**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea>.

gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=704#:~:text=Descendentes%20diretos%20de%20Zumbi%20dos,continuidade%20de%20centenas%20de%20quilombos. Acesso em: 19 dez. 2020.

IPHAN (Brasil). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Projeto Comunidades Negras de Santa Catarina preserva memória de quilombos no Sul**. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2289/projeto-comunidades-negras-de-santa-catarina-preserva-memoria-de-quilombos-no-sul>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ISKO – BRASIL. **Série:** Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. Disponível em: http://isko-brasil.org.br/?page_id=42. Acesso em: 02 jun. 2020.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude X Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. **III Ebecult- Encontro Baiano de Estudos em Cultura**, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bltita**. São Paulo: Sesi-Sp, 2014. 208 p.

JORGE, Cecília. **Primeira Marcha de Zumbi, há 10 anos, reuniu 30 mil pessoas**. Agência Brasil, 2005. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agencia-brasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas#:~:text=Bras%C3%ADlia%20%E2%80%93%20A%20primeira%20>

[Marcha%20Zumbi,p%C3%BAblicas%20para%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra](#). Acesso em: 23 fev. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Boges. 7ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333–354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes antropológicos**, v. 5, n. 10, p. 123–149, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71831999000100123&script=sci_arttext. Acesso em: 25 fev. 2020.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Diretrizes para o desenvolvimento de projetos de cunho científico**. Brasília: CEGSIC, 2010. Disponível em: http://apalopez.info/diretrizes_projetos.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

MAESTRI, Mário. Pampa Negro: quilombos no Rio Grande do sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 291–331.

MALDONADO–TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 75–97, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100005>.

MIGLIEVICH–RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial Desafios ético–político–epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66–80, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/16181/10959>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de; SANCHES, Odécio. **Quantitativo–Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Rio de Janeiro. p. 239–262, jul./set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MONTEIRO, Bruno Andrade Pinto; MARTINS, Isabel Gomes Rodrigues. **O portal eletrônico interativo: contexto, estrutura, possibilidades de navegação e discursos sobre formação de professores de química.** Química nova na escola, v. 32, n. 2, 2010. Disponível em: http://qnesc.sbgq.org.br/online/qnesc32_4/07-PE2009.pdf. Acesso em: 04 set. 2020.

MORTARI, Cláudia. Experiências das populações Africanas e Afrodescendentes na diáspora brasileira. In: MORTARI, Cláudia (org.). **Introdução aos estudos Africanos e da Diáspora.** Florianópolis: Udesc, 2015. Mod. III. p. 134 – 1136.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Petrópolis: Vozes, 1980. 281 p.

ND+ NOTÍCIAS. Inkra tem 30 dias para demarcar quilombo em Florianópolis. **Nd+ Notícias.** Florianópolis. 23 dez. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/justica-sc/inkra-tem-30-dias-para-demarcar-quilombo-em-florianopolis/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

NEVES, Lilia Maria Bitar; JANKOSKI, Douglas Alex; SCHNAIDER, Marcelo José (Org.). **Tutorial de Pesquisa Bibliográfica.** Paraná: Universidade Federal do Paraná Sistema de Bibliotecas – Biblioteca de ciência da saúde – Sede, 2013. 48 slides, color. Disponível em: http://www.portal.ufpr.br/pesquisa_bibliogr_bvs_sd.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 07-28, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 02 jun. 2020.

NSC. **A cultura e a memória negra de SC no primeiro quilombo de Florianópolis.** Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AS-Z9jNAie5Y>. Acesso em: 28 fev. 2020.

NUNES, Clara. **Canto das três raças.** Rio de Janeiro. LP Clara, 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Swbt2HGmXmY>. Acesso em: 27 fev. 2020.

O ESTADO (org.). Diz o Padre botânico: este é o milagre. **O Estado**. Florianópolis, p. 1–8. 21 maio 1964. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1964/EST196414931.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

O RELATOR CATHARINENSE. Vivaó SS. Magestades Imperiaes. **O Relator Catharinense**. Cidade de Desterro, p. 1–4. 28 out. 1845. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=889750&pagfis=20>. Acesso em: 19 maio 2021.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação étnico-racial na ciência da informação | the concept of ethnic-racial information in information science. **Liinc em revista**, v. 8, n. 2, 2012. DOI: [10.18617/liinc.v8i2.453](https://doi.org/10.18617/liinc.v8i2.453) Acesso em: 04 nov. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 2, p. 621–623, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v17n2/19.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

ONU. Convenção nº 169, de 07 de junho de 1989. **Convenção Nº 169 da Oit Sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra, Disponível em: <https://nacoesunidas.org/convencao-169-sobre-povos-indigenas-e-tribais-e-lancada-nas-linguas-guarani-kaiowa-e-terena/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PACHECO, Tania. **Incrá identifica e delimita território da comunidade quilombola Morro do Boi/SC**. 29 jun. 2018. Blog: Boletim Combate Racismo Ambiental. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/06/29/incra-identifica-e-delimita-territorio-da-comunidade=-quilombola-morro-do-boi-sc/#:~:text=A%20comunidade%20Morro%20do%20Boi,desde%20fins%20do%20OS%C3%A9culo%20XIX.> Acesso em: 15 fev. 2021.

PAIVA, Eliane Bezerra. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91931>. Acesso em: 20 maio 2020.

PAIVA, Eliane Bezerra; SANTOS, Edilene Toscano Galdino dos; NASCIMENTO, Genoveva Batista. Uso de fontes de informação por alunos de arquivologia. **Archeion Online**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/14962>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PALMARES, Fundação Cultural. **Apresentação**. [2020]. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 27 fev. 2020.

PERCILIA, Eliene. **"Dossiê"**; Brasil Escola. 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/dossie.htm>. Acesso em 12 de set. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. **Anais online ...** Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 16 de jul. 2020.

PIZARRO, Daniella Camara; LAURINDO, Kariane Regina; VIEIRA, Keitty Rodrigues. O ato de refletir e o ato de escrever sobre a escrita: a metaescrita de Vilém Flusser. In: MATOS, José Cláudio Morelli; BRITO, Evandro Oliveira de (org.). **Leitura e escrita na construção do conhecimento**. São José: Centro Universitário Municipal de São José, 2015. Cap. 2. p. 29–42. Disponível em: https://issuu.com/editorausj/docs/leitura_e_escrita_na_constru_o_d. Acesso em: 18 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani de César. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013. 2 ed.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopez de. Formas africanas de lidar com o passado: oralidade, mitos, ritos, tradições. In: MORTARI, Cláudia (org.). **Introdução aos estudos Africanos e da Diáspora**. Florianópolis: UDESC, 2015. Cap. 2. p. 46–58.

QUILOMBO VIDAL MARTINS. **Sobre**. Florianópolis, 2014. Facebook: quilombo Vidal Martins. Disponível em: <https://www.facebook.com/quilombovidalmartins/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha; LOAIZA, Estefanía PeÑafiel. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Tradução de Sérgio Molina e Rubia Goldoni, 2019. Texto adaptado de: “Estudios Decoloniales: Un Panorama General”. KULA. Antropólogos del Atlántico Sur, Buenos Aires, n.6, 2014, p.8–21. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RACIONAIS Mc’s (Mano Brown). Racistas otários. **Holocausto Urbano**. São Paulo, 1990. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/racistas-otarios.html>. Acesso em: 18 jul. 2020.

REDAÇÃO ND. Quilombolas ocupam camping do Parque Estadual do Rio Vermelho, em Florianópolis. **Nd+**. Florianópolis. 19 fev. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/quilombolas-ocupam-camping-do-parque-estadual-do-rio-vermelho-em-florianopolis/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509 p. ISBN 8571645965 (broch.).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et.al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Disponível em: <https://mega.nz/folder/Jxl3iT6S#Uq2rP8RZTOOnPceP89LdwA>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ROCHA, Diego Angeline. O discurso político na Igreja Mundial do Poder de Deus. In: **VI Congresso Internacional em Ciências da Religião XIII Semana de Estudos da Religião**. 2012. p. 48.

ROSA, Edson. Descendentes de escravos do século 18 formam o primeiro quilombo de Florianópolis. **Nd+**. Florianópolis. 18 ago. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/descendentes-de-escravos-do-seculo-18-formam-o-primeiro-quilombo-de-florianopolis/>. Acesso em: 28 jul.202.

SANTA CATARINA. **Registros da Igreja Católica, 1714-1977**. Database with images, FamilySearch, Boaventura Vidal Martins, 24 jun. 1872; certidão de batismo, São João do Rio Vermelho, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis, Santa Catarina; FHL microfilme 1,252,714. 1 abr. 2020a. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:2VWB-L9C>.

SANTA CATARINA. **Registros da Igreja Católica, 1714-1977**. Database with images, FamilySearch, Sabiana Corrêa, 1 out. 1882; certidão de batismo, Nossa Senhora da Conceição, Lagoa da Conceição.

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis, Santa Catarina; FHL microfilme 1,253,024. 1 abr. 2020b. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:KXPJ-L47>.

SANTA CATARINA. **Registros da Igreja Católica, 1714-1977**. Database with images, FamilySearch, Manoel Vidal Martins, 20 Apr. 1884; certidão de batismo, São João do Rio Vermelho. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis, Santa Catarina; FHL microfilme 1,252,714. 1 abr. 2020c. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:2VWB-VCR>.

SANTA CATARINA. **Registros da Igreja Católica, 1714-1977**. Database with images, FamilySearch, Rosa Maria, 25 jun. 1882; certidão de batismo, São João do Rio Vermelho, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis, Santa Catarina; FHL Batismos 1877, dez. 1884, jul. imagem 36 a 57. fev. 2019a. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S1-KST?cc=2177296&wc=MFK-FPMS%3A1030404601%2C1030478701%2C1030531401>

SANTA CATARINA. **Registros da Igreja Católica, 1714-1977**. Database with images, FamilySearch, Vidal Martins, 3 jul. 1845; certidão de batismo, São João do Rio Vermelho, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis, Santa Catarina; FHL microfilme 1,252,715. 7 fev. 2019b. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q231-IJD9>

SANTA CATARINA. **Registros da Igreja Católica, 1714-1977**. Database with images, FamilySearch, Matrimônios 1832, ago. 1869, São João do Rio Vermelho, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis, Santa Catarina; nov. > imagem 41 a 1991 abr. 7 fev. 2019c. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S1-K8F?cc=2177296&wc=MFKF-P-Z9%3A1030404601%2C1030478701%2C1030532001>

SANTA CATARINA. **Registros da Igreja Católica, 1714-1977**. Database with images, FamilySearch, Manoel Martins Gallego, 22 jun. 1855; certidão de óbito, São João do Rio Vermelho, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, Arquidiocese de Florianópolis, Santa Catarina; FHL microfilme 1,252,715. 7 fev. 2019d. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q231-166L>

SANTOS, Boaventura de Sousa; PAULA, Meneses Maria. **Epistemologias do sul**. Cortez Editora, 2014.

SANTOS, Bruno Almeida dos; LUBISCO, Nídia. A Informação e Seu Caráter Social. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 359-372. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SANTOS, Izabel Cristina da Rosa Gomes dos. **Ojo Nbori Ojo:** vozes ancestrais na cultura e na literatura. conversas com avós. 2020. 196 f. Tese (Doutorado) – Curso de Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216253/PLIT0832-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 set. 2021.

SANTOS, Tiago Vinicius André dos. **Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema da segurança pública:** um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-16052013-133222/en.php>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 129-136, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-753x2002000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 25 fev. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, abr. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-

[d=50102-71822014000100010&lng=pt&nrm=iso.](#)
Acessos em: 16 jul. 2020.

SECRETARIA DA JUSTIÇA (Paraná). **Povos e Comunidades Tradicionais.** 2020. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156#:~:text=Entre%20os%20povos%20e%20comunidades,%2C%20sertanejos%2C%20janga-deiros%2C%20ciganos%2C>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SECRETARIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Catálogo seletivo sobre a escravidão: (1842/1869).** Elaboração: Neusa Rosane Damiani Nunes. Fonte: Ofícios do delegado de polícia para o Presidente da província (1842/1869). V, 1, Florianópolis, 1993.

SERAFIM, Jhonata Goulart; AZEREDO, Jeferson Luiz de. A (des) criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940. **Amicus Curiae**, v. 6, p. 1-17, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/viewFile/541/533>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SILVA, Djalma Antonio da. **O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano.** 2005. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=10421719799936843384&hl=pt-BR&as_sdt=0.5. Acesso em: 25 fev. 2020.

SILVA, Osvaldo José da. **Considerações sobre o pensamento político de Hannah Arendt e o pensar do negro no Brasil.** 2018. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho”. 109 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153884>. Acesso em: 04 set. 2020.

SOUZA, Almir Antônio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845–1870). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 109–130, dez. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882015000200109&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 fev. 2020.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Identidade quilombola e processos educativos presentes num quilombo urbano: o caso do Quilombo Brotas. **Educação & Linguagem**, v. 14, n. 23/24, p. 75–93, 1998. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/2911>. Acesso em: 26 fev. 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **UFSC e Incra firmam convênio para produzir relatório sobre comunidade quilombola**. [Florianópolis: UFSC], 2015. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2015/03/ufsc-e-incra-firmam-convenio-para-produzir-relatorio-sobre-comunidade-quilombola/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

VALDEZ, Ramiro Soares. **Paisagens Políticas: uma abordagem antropológica das transformações da paisagem na área do atual parque estadual do Rio Vermelho, Florianópolis, SC.** 2017. Trabalho de conclusão de curso em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186382/TCC%20Ramiro%20Soares%20Valdez.pdf?sequence=1&js-Allowed=y>. Acesso em: 23 jul. 2021.

VEIRA, Keitty Rodrigues.; KARPINSKI, Cezar. O conceito de memória nos anais do capítulo ISKO – Brasil sob uma perspectiva epistemológica. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, p. 294–309, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8732>. Acesso em: 04 jun. 2020.

VON ONÇAY, Solange; FAGUNDES, Julie Rossato; ZANANDREA, Raquel. **Extensão Universitária na Comunidade Quilombola Invernada dos Negros: Ações de Resgate e Empoderamento.** 2019.

ZANOTTO, Joana. Quilombo resiste à violência em área turística da Ilha de Santa Catarina. **Jornalistas Livres.** Florianópolis, p. 0–0. 18 ago. 2018. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/quilombo-resiste-a-violencia-em-florianopolis/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SOBRE AS AUTORAS



Kariane regina Laurindo

Natural de Florianópolis, possui graduação em Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação e é mestra em Gestão da Informação, ambas realizadas na Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é doutoranda no programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



Daniella Pizarro

Professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia e Informação (DBI /FAED) da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Atua no ensino de Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGINF/FAED) da UDESC. Doutora em Ciência da Informação e está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Cultura Impressa e Digital (GP-CiDi). Tem como enfoque de pesquisa e extensão o ensino de

Biblioteconomia, a formação e atuação ético-política do Bibliotecário, bem como suas representações sociais coletivas a partir da perspectiva da sóciofenomenologia; e ainda, com questões relacionadas às bibliotecas no cárcere e à mediação da informação como promotora de uma educação para a liberdade e emancipação cidadã.



Claudia Mortari

Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), mestrado (2000) e doutorado (2007) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professora associada de História da África do Curso de Graduação em História e docente nos programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado de Santa Catarina, nas linhas de pesquisa Políticas de

Memória e Narrativas Históricas e Saberes Históricos no Espaço Escolar, respectivamente. Atualmente, é vice-coordenadora do Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – AYA, do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED/UDESC) e coordena projetos de extensão e pesquisa no campo dos Estudos Africanos. Atua principalmente nos seguintes temas: história de África, literaturas africanas pós-coloniais, ensino de história de África, diáspora africana.

Vidal Martins é a primeira comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no município de Florianópolis. O seu reconhecimento só foi concebido devido a uma vasta documentação que a comunidade reuniu sobre a sua descendência de pessoas que foram escravizadas na região do Rio Vermelho, desde meados do século XVIII. Com a incursão em busca de documentos que comprovassem a história da comunidade, além de encontrarem documentos relativos à família Vidal, foram identificados inúmeros documentos que retratam parte da história negra da “Ilha de Santa Catarina”

